

DIÁLOGO GLOBAL

7.3

4 edições por ano em 17 idiomas

Sociologia italiana

Matteo Bortolini,
Riccardo Emilio Chesta,
Andrea Cossu,
Flaminio Squazzoni,
Aliakbar Akbaritabar,
Annalisa Murgia,
Barbara Poggio,
Massimiliano Vaira

O fim da
era global?

Martin Albrow

Legados coloniais
em Kosovo

Ibrahim Berisha

Sociologia da Nova
Zelândia Aotearoa

Steve Matthewman,
Holly Thorpe,
Elizabeth Stanley,
Dylan Taylor,
Robert Webb

Colunas Especiais

- > Lembrando Ishwar Modi
- > Apresentando a equipe editorial turca

REVISTA



International
Sociological
Association
isa

VOLUME 7 / EDIÇÃO 3 / SETEMBRO 2017
<http://www.isa-sociology.org/global-dialogue>

DG



O desafio da sociologia global

A medida que reflito acerca dos meus últimos dez anos de comprometimento com a ISA, fico impressionado com a contínua influência do elemento nacional na forma e no conteúdo da sociologia. Temos, de fato, uma sociologia internacional melhor representada na ISA, pela série de Comitês de Pesquisa, Grupos Temáticos e Grupos de Trabalho. No entanto, mesmo esses têm frequentemente um caráter nacional ou regional. A unidade espontânea, quase primordial, na qual a maioria dos sociólogos gravitam, tende a ser a nação, e não o globo. Nós temos uma *sociologia do global*; mas uma *sociologia global* com uma comunidade global é muito mais difícil de alcançar, mesmo na era digital em que vivemos. Muitos dos problemas que enfrentamos – refugiados, migrações, mudanças climáticas, capital financeiro, comercialização do ensino superior etc. – têm uma dimensão global. Mas mesmo que possamos estudar essa dimensão, e inclusive avançar em teorias sobre ela, inventar uma comunidade especificamente global de sociólogos é ainda um desafio. Em parte, isto é um reflexo da diversidade cultural e, particularmente linguística; por outro lado, é o resultado da forma como a *sociedade civil* – o ponto de vista da sociologia – é constituída a nível nacional, por sua relação com o Estado-nação. Também é difícil esticar o campo do ensino superior, tão profundamente hierárquico e com condições tão divergentes em todo o mundo, embora, diga-se de passagem, as desigualdades disciplinares possam ser tão profundas dentro dos países quanto entre nações. De fato, na medida em que existe uma comunidade global, ela é constituída pela conexão entre grupos privilegiados de cosmopolitas com mobilidade e dotados de recursos, que se separam daqueles que vivem localmente com carência de recursos.

Nesta edição temos dois exemplos contrastantes da influência do nacional na sociologia. A sociologia italiana, historicamente, foi balcanizada por apegos à Igreja, ao Partido Comunista e ao Partido Socialista, bem como a uma longa divisão entre Norte-Sul. Se a ciência política italiana foi desacreditada pela sua associação inicial com o fascismo, a sociologia italiana foi desacreditada pela sua associação com as Brigadas Vermelhas e outras tendências radicais. A sociologia da Nova Zelândia, por outro lado, tem ligações com as tradições britânicas na política social e com a luta contra o legado colonial interno do país. É uma pequena ilha, com medo de sua poderosa vizinha Austrália.

Em suma, as influências globais sobre a sociologia são geralmente mediadas por legados e fortificações nacionais. O posicionamento das nações no mundo tem uma influência dramática na formação da sociologia: nesse sentido, a entrevista com Ibrahim Berisha enfatiza a experiência colonial dos albaneses no Kosovo, enquanto a entrevista com Martin Albrow se concentra na influência global da Grã-Bretanha.

Desde a nossa última edição, perdemos um dos nossos mais fervorosos defensores da integração das sociologias nacional e global. Ishwar Modi sempre esteve muito dedicado à *Diálogo Global* e à sua tradução para o hindi. Além disso, ele sempre foi um espírito orientador na internacionalização dos estudos do lazer. Sua presença será muito sentida e seu projeto continuará imortalizado.

> **A *Diálogo Global* pode ser encontrada em 17 idiomas no [website da ISA](#)**

> **Submissões devem ser enviadas a burawoy@berkeley.edu**



Sociólogos italianos discutem a batalha pela sociologia na Itália.



Martin Albrow, renomado sociólogo, relata seu caminho para a sociologia global.



Ibrahim Berisha descreve a situação dos albaneses no Kosovo como uma experiência colonial.



Os sociólogos de Aotearoa escrevem sobre suas várias intervenções na sociedade.



O **Diálogo Global** é possível graças à generosa colaboração da **SAGE Publications**.

> Equipe editorial

Editor: Michael Burawoy.

Editor Associado: Gay Seidman.

Editores Executivos: Lola Busuttill, August Bagà.

Conselho Editorial:

Margaret Abraham, Markus Schulz, Sari Hanafi, Vineeta Sinha, Benjamin Tejerina, Rosemary Barbaret, Izabela Barlinska, Dilek Cindoğlu, Filomin Gutierrez, John Holmwood, Guillermina Jasso, Kalpana Kannabiran, Marina Kurkchiyan, Simon Mapadimeng, Abdul-mumin Sa'ad, Ayse Saktanber, Celi Scalón, Sawako Shirahase, Grazyna Skapska, Evangelia Tastsoglou, Chin-Chun Yi, Elena Zdravomyslova.

Editores Regionais

Mundo Árabe:

Sari Hanafi, Mounir Saidani.

Argentina:

Juan Ignacio Piovani, Pilar Pi Puig, Martín Urtasun.

Bangladesh:

Habibul Haque Khondker, Hasan Mahmud, Juwel Rana, US Rokeya Akhter, Toufika Sultana, Asif Bin Ali, Khairun Nahar, Kazi Fadia Esha, Helal Uddin, Muhaimin Chowdhury.

Brasil:

Gustavo Taniguti, Andreza Galli, Ângelo Martins Júnior, Lucas Amaral, Benno Alves, Julio Davies.

Índia:

Rashmi Jain, Jyoti Sidana, Pragya Sharma, Nidhi Bansal, Pankaj Bhatnagar.

Indonésia:

Kamanto Sunarto, Hari Nugroho, Lucia Ratih Kusumadewi, Fina Itriati, Indera Ratna Irawati Pattinasarany, Benedictus Hari Juliawan, Mohamad Shohibuddin, Dominggus Elcid Li, Antonius Ario Seto Hardjana.

Irã:

Reyhaneh Javadi, Niayesh Dolati, Sina Bastani, Mina Azizi, Vahid Lenjanzadeh.

Japão:

Satomi Yamamoto, Masataka Eguchi, Izumi Ishida.

Casaquistão:

Aigul Zabirowa, Bayan Smagambet, Adil Rodionov, Gani Madi, Almash Tlespayeva, Kuanysh Tel.

Polónia:

Jakub Barszczewski, Katarzyna Dębska, Paulina Domagalska, Adrianna Drozdowska, Łukasz Dulniak, Jan Frydrych, Krzysztof Gubański, Sara Herczyńska, Kinga Jakiela, Justyna Kościńska, Kamil Lipiński, Mikołaj Mierzejewski, Karolina Mikołajewska-Zajac, Adam Müller, Zofia Penza, Teresa Teleżyńska, Anna Wandzel, Jacek Zych, Łukasz Żołądek.

Roménia:

Cosima Rughiniş, Raisa-Gabriela Zamfirescu, Tatiana Cojocari, Andrei Crăciun, Diana Alexandra Dumitrescu, Iulian Gabor, Alexandra Isbăşoiu, Rodica Liseanu, Anda-Olivia Marin, Andreea Elena Moldoveanu, Oana-Elena Negrea, Mioara Paraschiv, Ion Daniel Popa.

Rússia:

Elena Zdravomyslova, Anna Kadnikova, Anastasia Daur.

Taiwan:

Jing-Mao Ho.

Turquia:

Gül Çorbacioğlu, Irmak Evren.

Consultor de mídia: Gustavo Taniguti.

> Nesta Edição

Editorial: O desafio da sociologia global

2

> O ESTADO DA SOCIOLOGIA ITALIANA

Sociologia italiana na virada do século XXI

Por Matteo Bortolini, Itália

4

Gramsci, um estranho em sua própria terra

Por Riccardo Emilio Chesta, Itália

6

Face de Janus: a sociologia italiana, 1945-1965

Por Andrea Cossu, Itália

8

Internacionalização da sociologia italiana, décadas de 1970-2010

Por Flaminio Squazzoni e Aliakbar Akbaritabar, Itália

10

Estereótipos de gênero na sociologia italiana

Por Annalisa Murgia, UK e Barbara Poggio, Itália

12

Uma disciplina dominada na academia italiana

Por Massimiliano Vaira, Itália

14

> ENTREVISTAS DO MUNDO INTEIRO

O fim da era global? Entrevista com Martin Albrow

Por Raisa-Gabriela Zamfirescu e Diana-Alexandra Dumitrescu, Romênia

16

O legado do colonialismo no Kosovo: uma entrevista com Ibrahim Berisha

Por Labinot Kunushevc, Kosovo

19

> SOCIOLOGIA DE AOTEAROA NOVA ZELÂNDIA

Política energética na Ōtautahi pós-desastre

Por Steve Matthewman, Aotearoa Nova Zelândia

22

Esportes criativos em geografias pós-desastre

Por Holly Thorpe, Aotearoa Nova Zelândia

24

Silenciar o abuso

Por Elizabeth Stanley, Aotearoa Nova Zelândia

26

Ativismo e academia

Por Dylan Taylor, Aotearoa Nova Zelândia

28

Rumo a uma criminologia indígena

Por Robert Webb, Aotearoa Nova Zelândia

30

> LEMBRANDO ISHWAR MODI (1940-2017)

Estudos do lazer foram a sua paixão

Por Rajiv Gupta, Índia

32

Uma fonte de inspiração e incentivo

Por Karl Spracklen, Reino Unido

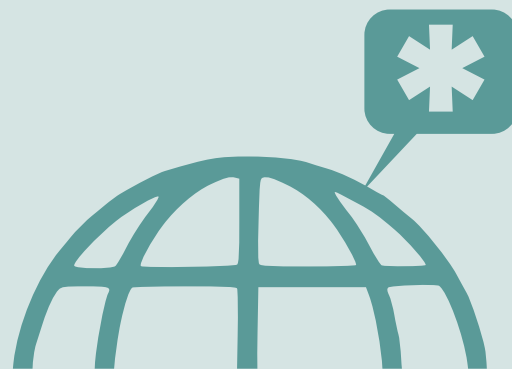
34

> COLUNA ESPECIAL

Apresentando a equipe editorial turca

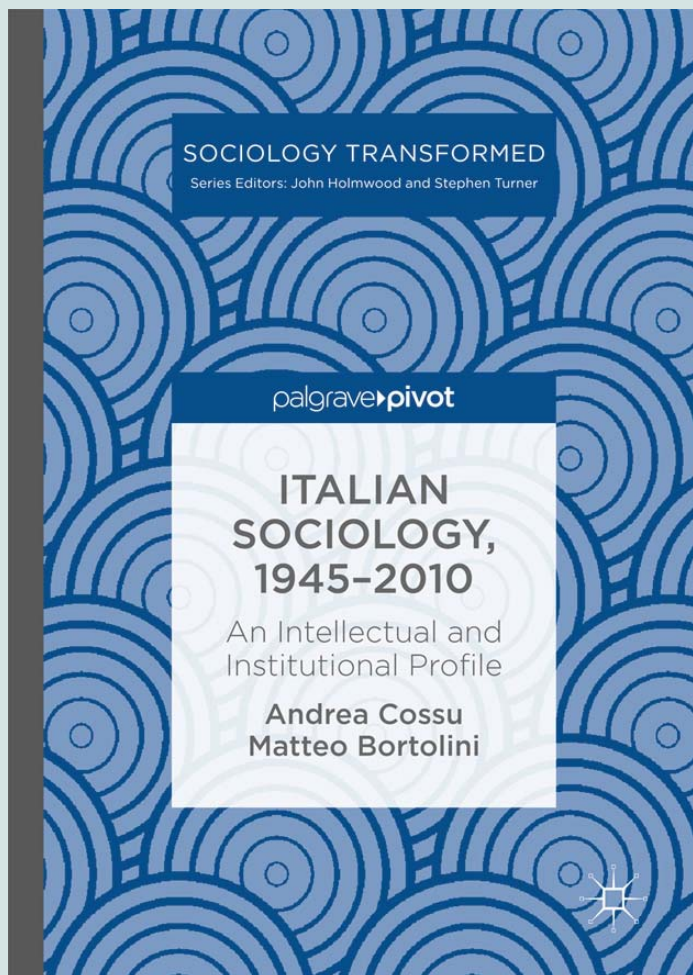
Por Gül Çorbacioğlu e Irmak Evren, Turquia

36



> A sociologia italiana na virada do século XXI

Por **Matteo Bortolini**, Universidade de Padova, Itália



O recém-lançado *Sociologia Italiana, 1945-2010* por Andrea Cossu e Matteo Bortolini.

Como Andrea Cossu e eu discutimos em *Italian Sociology 1945-2010: An Intellectual and Institutional Profile* [A Sociologia Italiana 1945-2010: Um Perfil Intelectual e Institucional], o início da década de 1990 marcou o fim do período “heróico” da fundação da disciplina, dando lugar a uma prática científica menos carismática e mais profissionalizada, melhor descrita como uma mistura paradoxal de “rotinização sem padronização”. A falta

de um consenso científico ou mesmo pragmático sobre temas, métodos ou estruturas teóricas afetou a prática cotidiana do trabalho científico e das relações entre sociólogos e seus diversos públicos - colegas italianos e estrangeiros, elites políticas nacionais e locais, movimentos sociais e religiosos, atores econômicos e meios de comunicação de massa. Além disso, impediu o desenvolvimento de uma visão compartilhada de uma comunidade sociológica, de seus

padrões profissionais e éticos, ou suas perspectivas. A disciplina tem lutado para construir uma nova e poderosa narrativa mestra sobre seu passado, presente e futuro - tanto assim, que até mesmo mitos antigos do “renascimento da sociologia do pós-guerra” ou das revoltas estudantis de 1968 (ver [Chesta](#) e [Cossu](#) nesta edição, GD7.3) fazem pouco sentido para jovens sociólogos treinados nas instituições acadêmicas estabelecidas.

Com certeza, como muitos artigos publicados no Diálogo Global sugeriram, essa pluralização de abordagens sociológicas e estilos de pesquisa ocorreu em quase todos os lugares nos últimos 30 anos. Na Itália, no entanto, a história particular da disciplina dá à fragmentação pós-moderna um sabor distintamente italiano. Nos últimos quinze anos, a reviravolta neoliberal mundial no ensino superior, com suas ideologias gerenciais e de mercado e seu ataque à avaliação de profissões acadêmicas no pós-guerra, enfraqueceu os *componenti* da Itália (campos), três poderosos grupos acadêmicos que se uniram no final da década de 1960 em torno de linhas políticas vagamente definidas - católica romana, comunista e socialista. Ao mesmo tempo, os acadêmicos mais jovens foram encorajados a ampliar seus horizontes geográficos, intelectuais e profissionais, já que mais sociólogos italianos agora obtêm títulos ou recebem bolsas de pós-doutorado no exterior, participam rotineiramente de reuniões internacionais e são membros ativos de redes científicas globais. Como resultado, alguns cientistas sociais abandonam o italiano como sua principal língua de publicação,

>>

distanciando-se de convenções acadêmicas ossificadas e tornando cada vez mais improvável que a sociologia italiana, possa alcançar uma imagem ou prática mais definida ou consensual enquanto disciplina (ver [Squazzoni e Akbaritabar](#) nesta edição, GD7.3).

Além dessas dinâmicas importantes, a sociologia italiana enfrenta hoje três desafios principais: seu lugar dentro do imaginário cultural e intelectual da nação, seu papel nas ciências sociais e na academia neoliberal de forma mais ampla, e sua infraestrutura institucional e associativa.

Um dos maiores problemas que a sociologia italiana enfrenta é a falta de reconhecimento no imaginário social nacional (ver [Vaira](#), e [Murgia e Poggio](#) nesta edição, GD7.3). Além de um punhado de indivíduos carismáticos das primeiras gerações de sociólogos que ganharam proeminência como políticos de alto nível ou intelectuais públicos, a influência da profissão sociológica na sociedade italiana tem sido silenciada. Por um lado, a lembrança distante dos longos anos de 1968 até a década de 1970 na Itália (quando vários ex-alunos da Universidade de Trento se juntaram ao grupo terrorista Brigadas Vermelhas, enquanto outros sociólogos lideraram as organizações da Nova Esquerda) contribui para uma imagem persistente do sociólogo como um intelectual partidário e não-confiável - uma imagem reforçada pela decisão atual de alguns cientistas sociais de agir como ideólogos, "intelectuais orgânicos" ou consultores a serviço de movimentos políticos, sindicatos ou associações da sociedade civil. Por outro lado, desde meados da década de 1980, os sociólogos foram criticados como extravagantes, a ponto de serem vistos frequentemente como sabichões enfadonhos, ou *tuttologi*. Embora uma geração mais jovem de colegas tenha ascendido à fama como intelectuais públicos - dentre eles Ilvo

Diamanti, Mauro Magatti e Giovanni Semi, cujo livro *Gentrificação*, de 2015 causou sensação - levará tempo e esforço para renovar a imagem da disciplina, ou reestabelecer sua legitimidade nas discussões de processos sociais.

O destino da sociologia acadêmica permanece interligado com o sistema de educação superior da Itália. Em 2004-05, um processo nacional procurou coletar, analisar e avaliar a produção científica do corpo acadêmico. Embora tivessem poucas consequências reais, as descobertas pintaram uma imagem sombria: a sociologia italiana foi a pior das ciências sociais, provocando novos esforços para melhorar a qualidade das pesquisas publicada. Mais tarde, o governo neoliberal de Berlusconi introduziu uma reforma radical e muito contestada do ensino superior italiano (lei 240/2010), causando inúmeras brigas intra e interdisciplinares no final de 2012. A publicação dos resultados da ASN - o processo nacional de qualificação científica - introduziu um novo mecanismo de recrutamento: apenas um em cada cinco inscritos foram considerados qualificados para futuros cargos como professores titulares ou associados. Além disso, as universidades do norte da Itália ficaram muito melhores do que as do centro e do sul, com mais candidatos obtendo os títulos necessários para dar prosseguimento a suas carreiras.

Como resultado, os debates sobre as desigualdades regionais e subdisciplinares, o poder dos três campos acadêmicos e a fragmentação da disciplina foram conduzidos em termos incomumente passionais. Uma das polêmicas mais severas centrou-se nos critérios de avaliação consagrados na lei de 2010, que recompensava desproporcionalmente as carreiras intensivas em pesquisa. Os trabalhos publicados em revistas estrangeiras e a adesão a redes globais de pesquisa

foram classificados positivamente, enquanto o ensino e o serviço na instituição de origem não eram considerados dignos de avaliação. Em média, os sociólogos cosmopolitas que viraram parcial ou totalmente as costas para o campo sociológico da Itália foram melhores do que seus colegas mais orientados localmente.

Em última análise, as controvérsias sobre a reforma de 2010 tiveram um impacto profundo e talvez inesperado na Associação Sociológica Italiana (AIS), criada em 1983 como uma casa de queima de estoque compartilhada entre os três campos para gerir conjuntamente a alocação de postos acadêmicos e o financiamento de pesquisa. A associação perdeu gradualmente o prestígio e o destaque, e sua conduta após a publicação dos resultados da ASN convenceu muitos sociólogos a se retirarem da associação. À medida que a adesão foi caindo com novas perdas, a organização vem tentando se renovar, fortalecendo seu papel público e seu apelo como principal portadora do padrão disciplinar. Ao mesmo tempo, no entanto, os sociólogos econômicos - que geralmente se destacaram mais do que a média na avaliação da pesquisa científica - decidiram abandonar a AIS, criando uma nova associação profissional subdisciplinar. Em janeiro de 2017, a Sociedade Italiana de Sociologia Econômica (SISEC) realizou sua primeira conferência nacional, com cerca de 220 membros inscritos - aproximadamente um em cada dez sociólogos acadêmicos. Somente o tempo dirá se essa dupla renovação dará frutos, e se isso ajudará a sociologia italiana a ultrapassar uma das fases mais turbulentas e imprevisíveis de sua história. ■

Contato com Matteo Bortolini
<matteo.bortolini@unipd.it>

> Gramsci,

um estranho em sua própria terra

Por **Riccardo Emilio Chesta**, Instituto Universitário Europeu, Fiesole, Itália



Antonio Gramsci.

Nos debates contemporâneos nas ciências sociais, a sociologia crítica e o marxismo são tipicamente localizados na mesma caixa. Na realidade, seu relacionamento dificilmente é evidente. A reconstrução da disciplina na Itália após a Segunda Guerra Mundial ilustra perfeitamente a luta pela hegemonia do estudo do “social” – e as relações inerentemente conflituosas entre sociologia e marxismo.

Não é por acaso que uso o conceito de *hegemonia*: a ambivalência por parte dos marxistas italianos em relação às ciências sociais pode ser recomposta até Antonio Gramsci. Do passado filosófico de Gramsci à sua conceitualização estratégica de intelectuais, e à forma como a obra de Gramsci foi usada pelo Partido Comunista Italiano, muitos elementos contribuíram para a distância entre Gramsci e a sociologia italiana do pós-guerra. Em contraste com a sua maior apreciação pelos cientistas sociais internacionais,

Gramsci é efetivamente um “estranho em sua própria terra”, ou seja, dentro do campo italiano das ciências sociais.

> Cripto-idealismo no marxismo de Gramsci

Ao construir seu quadro teórico, Gramsci confrontou o intelectual público primordial de seu tempo: o filósofo napolitano Benedetto Croce, cuja influência teórica e política dominou a primeira metade do século XX. De fato, o autor mais citado e discutido nos *Cadernos do Cárcere* de Gramsci não é Marx nem Lênin, mas Croce.

Como defensor do historicismo idealista, Croce negou a própria existência de uma “ciência do social”, engajando-se em um raciocínio epistemológico refinado para afirmar o primado da lei e rejeitar definitivamente a possibilidade de que a sociologia pudesse ser uma disciplina científica. Apesar de sua consciência dos limites do paradigma de Croce – principalmente em sua recusa ao considerar o marxismo como uma filosofia da história – Gramsci explicitamente se declarou um “anti-Croce” para superar a hegemonia idealista e espiritualista na cultura italiana. Ao mesmo tempo, os *Cadernos do Cárcere* articulam seriamente as principais obras de ciência social da época – embora de um ponto de vista crítico, de alguma forma reconhecendo a promessa das ciências sociais de um estudo rigoroso da sociedade e da política italianas.

> O Togliatti de Gramsci

Para entender como e porque os intelectuais italianos na década de 1950 adotaram uma interpretação cripto-idealista do trabalho de Gramsci, não podemos simplesmente nos concentrar em seus escritos. Em vez disso, devemos olhar para o contexto em que os principais escritos de Gramsci – deixados esboçados e espalhados em uma prisão fascista no momento de sua morte em 1937 – foram publicados pela primeira vez. Os *Cadernos do Cárcere* só apareceram postumamente, em uma versão preparada pelo velho amigo de Gramsci, Palmiro Togliatti, o principal líder do Partido Comunista, em conjunto com a jornalista comunista Felice Platone. Essa primeira edição dividiu o trabalho de Gramsci em vários volumes diferentes, publicados entre 1948

>>

(*Materialismo Histórico e A Filosofia de Benedetto Croce*) e 1949 (*Os Intelectuais, O Ressurgimento e a Unificação Italiana e Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*). Togliatti e Platone apresentaram Gramsci como o principal herdeiro da tradição cultural italiana, reconstruindo uma linhagem intelectual ideal, incluindo De Sanctis, Spaventa, Labriola, Croce e, finalmente, Gramsci. Ao mesmo tempo, uma clara estratégia de hegemonia cultural foi promulgada através de um uso peculiar “neo-maquiavélico” da análise de Gramsci sobre a formação de partidos de massa – ou o que Gramsci chamou de “Príncipe Moderno”.

Esse enquadramento particular do trabalho do filósofo marxista teve um duplo objetivo. Primeiramente, Gramsci estava conectado a Croce e ao idealismo histórico – legitimando a cultura do Partido Comunista entre a burguesia dominante. Em segundo lugar, sua herança intelectual teve que ser transformada para apoiar a direção neo-maquiavélica do movimento histórico, com Togliatti como líder do partido e o partido como o principal ator político que lidera a classe trabalhadora. Através dessa adaptação, Gramsci foi apresentado como um defensor da liderança democrática representativa dos movimentos sociais, um filósofo burguês progressista e não um estudioso interessado em culturas subalternas, e um idealista histórico que negava o valor das ciências sociais.

> O elo perdido

Durante a década de 1950, o trabalho de Gramsci tornou-se uma ferramenta chave para uma geração de intelectuais que procuravam criar uma burguesia de esquerda, acusando as ciências sociais recém-nascidas de serem uma “ferramenta dos padrões” importadas dos EUA para domesticar ideologicamente a classe trabalhadora. Na realidade, um dos principais defensores da sociologia na Itália foi o empresário Adriano Olivetti, que reuniu e subsidiou especialistas técnicos e intelectuais vinculados ao Partido Socialista. Dentro de sua empresa em Ivrea, Olivetti criou um “departamento de relações sociais”, onde jovens estudiosos podiam estudar influentes obras sociológicas americanas e empregar ferramentas sociológicas ao estudo das relações industriais.

Os intelectuais e líderes comunistas permaneceram céticos com o projeto de “empreendimento comunitário” de Olivetti, visto como um esforço dos empregadores para evitar o conflito de classes através do filantropismo tecnocrático. Em um artigo publicado no jornal oficial *Il Contemporaneo* [O Contemporâneo], em setembro de 1955, o intelectual comunista Fabrizio Onofri desprezou o movimento cultural e político de Olivetti como um messianismo estranho, definindo Olivetti como um tipo de Alá e descrevendo o sociólogo Franco Ferrarotti, seu braço direito, como o profeta Maomé de Olivetti. Na década de 1950, o Gramscianismo

oficial tornou-se uma filosofia idealista da história construída em hipóteses teóricas fixas sem testes empíricos, como também um manual para a “democracia progressiva” de Togliatti, uma estratégia destinada a conquistar concessões graduais para a classe trabalhadora dentro das instituições democráticas da República Italiana.

Uma leitura alternativa de Gramsci se abriu com o surgimento dos novos grupos esquerdistas críticos do Partido Comunista Italiano (PCI) após dois eventos. Em 1955, as eleições sindicais internas na fábrica da FIAT – um dos centros nacionais para o movimento da classe trabalhadora – produziram um resultado chocante: a CGIL, um dos principais sindicatos de esquerda da Itália e aliada sindical mais forte do PCI na área industrial, viu sua participação na votação chegar a quase metade. Um ano depois, a repressão soviética dos protestos em Budapeste ampliou as queixas latentes, produzindo um grande debate entre os intelectuais de esquerda, muitos dos quais abandonaram o partido.

No entanto, quando os intelectuais mais jovens e engajados (incluindo o grupo *Quaderni Rossi* [Cadernos Vermelhos] liderado por Raniero Panzieri) começaram a desafiar o marxismo italiano institucionalizado, no final da década de 1950, eles se voltaram para uma forma militante de pesquisa sociológica – a “*inchiesta operaia*” (“pesquisa da classe trabalhadora”) – para criticar a interpretação de Togliatti de Gramsci. Mas isso não envolveu qualquer redescoberta real do teórico; na verdade, foi apenas em 1967 que o Instituto Gramsci levou os sociólogos acadêmicos a explorar a contribuição de Gramsci, em um diálogo que, no entanto, não iniciou um programa científico sério. E enquanto as revoltas de 1968 ajudaram a renovar a sociologia crítica, importando obras da Escola de Frankfurt, a maioria dos sociólogos acadêmicos se afastou das teorias críticas em sua tentativa de se profissionalizarem. Com a crise do marxismo e as teorias macrosociológicas do final da década de 1970, Gramsci parecia ser apenas outro objeto da historiografia da filosofia.

Aqui está o paradoxo: em uma fase crucial de seu surgimento e consolidação na Itália, nem a sociologia acadêmica nem a sociologia pública conseguiram encontrar o “Gramsci real”. Enquanto no resto do mundo – dos EUA e Reino Unido à América Latina e Índia – as teorias de Gramsci forneceram ferramentas intelectuais cruciais para a pesquisa científica social em estudos culturais, em estudos de grupos subalternos, na economia política e nas relações internacionais, na Itália suas contribuições foram amplamente ignoradas, tanto por sociólogos acadêmicos como críticos – um padrão que significou que o grande pensador da Sardenha tornou-se um intelectual global enquanto permanecia em grande parte como um “estranho em sua própria terra”. ■

Contato com Riccardo Chesta <riccardo.chesta@eui.eu>

> A face de Janus

Sociologia italiana, 1945-1965

Por **Andrea Cossu**, Universidade de Trento, Itália



Franco Ferrarotti, um dos fundadores da sociologia profissional na Itália.

Para as disciplinas científicas, o caminho que leva à aceitação intelectual e à institucionalização é quase invariavelmente difícil, envolvendo não apenas debates sobre fronteiras, mas também a criação de uma infraestrutura complexa, e às vezes exclusiva, através da qual a disciplina pode se estabelecer e, com sorte, prosperar. Após a Segunda Guerra Mundial, a Itália não foi uma exceção, particularmente para as ciências sociais. A ciência política foi muitas vezes tida como uma disciplina “fascista”; as estatísticas levaram o estigma de seu envolvimento nos esforços coloniais. A filosofia idealista

dominou, com suas frequentes críticas às ciências sociais - especialmente contra a mais fraca de todas, a sociologia.

A sociologia italiana, portanto, deu seus primeiros passos de bebê em um ambiente desfavorável, caracterizado não apenas pela hostilidade acadêmica e ataques políticos dos intelectuais orgânicos do Partido Comunista Italiano, mas também pelas restrições institucionais das universidades italianas, o que complicou esforços em criar nichos para disciplinas emergentes. Uma mistura letal de burocratização hierárquica e estatal e dinâmica patri-monial

local fazendo com que os sociólogos tivessem que desenvolver sua disciplina em grande parte fora das universidades. Os sociólogos ajudaram, embora às vezes o fizessem em uma posição subordinada, a construir uma infraestrutura de centros de pesquisa, editoras e escolas para assistentes sociais - uma configuração que teve impacto duradouro mesmo após a década de 1960, quando os sociólogos começaram a ser aceitos nas categorias acadêmicas.

Na Itália, as reflexões sobre a institucionalização da sociologia giraram frequentemente em torno da história das posições intelectuais. Como

>>

Matteo Bortolini e eu argumentamos em *Italian Sociology 1945-2010* [A *Sociologia Italiana 1945-2010*], no entanto, é preciso cavar mais fundo para entender porque uma geração de jovens estudiosos – muitas vezes, marginalizados nas disciplinas estabelecidas que estudaram – tornaram-se sociólogos e, mais tarde, entraram na academia. A descoberta da sociologia por essa geração, em outras palavras, deve ser examinada sociologicamente, com foco nos campos, relações e processos, substituindo assim o foco em estratégias e ações intencionais que caracterizaram a maioria das explicações anteriores da disciplina na Itália.

A década entre 1951 (quando um dos periódicos mais importantes, *Quaderni di Sociologia* [Cadernos de Sociologia], foi fundado por Franco Ferrarotti e por seu conselheiro, o filósofo Nicola Abbagnano) e 1961 (quando as três primeiras cátedras de sociologia foram estabelecidas após uma competição nacional) viu a construção da infraestrutura da disciplina e a criação do que ainda são os principais pólos de sociologia do país. Olhando para trás, Diana Pinto dividiu essa época em dois períodos aproximadamente equivalentes: se 1950 a 1956 foi marcado pela descoberta da sociologia, na última parte do período, a sociologia adquiriu “centralidade cultural”. Mas o “policentrismo” poderia ser uma metáfora melhor.

Embora a universidade fosse uma instituição central no campo intelectual italiano, os sociólogos não se tornaram acadêmicos em massa até o final da década de 1960 – quando Balbo e seus colegas diagnosticaram a sociologia como uma “ciência doente”, reconhecendo o fracasso de um sonho de que os sociólogos poderiam servir como marechais do campo para a modernização do país, deixando os cargos acadêmicos como a única alternativa viável aos sociólogos. Antes dessa mudança, a infraestrutura da sociologia na Itália era amplamente extra-acadêmica,

com centros de pesquisa como o *Centro Nazionale di Prevenzione e Difesa Sociale* [Centro Nacional de Prevenção e Defesa Social] em Milão, associações culturais como a *Il Mulino* em Bolonha e movimentos políticos como a *Comunità* [Comunidade], fundada pelo empresário Adriano Olivetti, cuja visão empreendedora incomum identificou a ciência social aplicada como um instrumento crucial para empoderar comunidades dentro e fora da fábrica. Esses centros de pesquisa estabeleceram contatos duradouros com fundações culturais e organismos internacionais (como a Fundação Ford e a UNESCO), assim como as editoras proeminentes – incluindo a *Einaudi*, a *Comunità* (também fundada por Olivetti) e a *Il Mulino* – que estavam envolvidas tanto em debates intelectuais sobre como a sociologia difere de outras disciplinas (especialmente a filosofia), como na difusão da análise empírica e do trabalho de campo. Ao mesmo tempo, uma rede ampla de acadêmicos de alguns institutos universitários (em Milão, Gênova, Turim, Florença e Portici) conduziram pesquisas aplicadas principalmente em Relações Industriais, Sociologia Econômica, Estudos Comunitários e Geografia Eleitoral.

No final da década de 1950, a sociologia italiana era, portanto, uma disciplina enfrentada por Janus, dividida entre um foco na teoria (com uma forte inclinação funcionalista) como meio de alcançar legitimidade, e esforços para realizar pesquisas aplicadas. Os resultados foram contraditórios. A “teoria” significava muitas vezes uma reprodução de leituras dogmáticas e parciais de Parsons, Merton e Lazarsfeld; o trabalho de campo geralmente envolveu pesquisas padronizadas e etnografia básica, com pouco espaço para pesquisa inovadora.

Apesar desse foco estreito, a sociologia tornou-se uma “ciência normal”, algo que era muito necessário. A primeira geração de sociólogos (incluindo Ferrarotti, Alessandro Pizzorno, Sabino Acquaviva, Eugenio Pennati, Achille

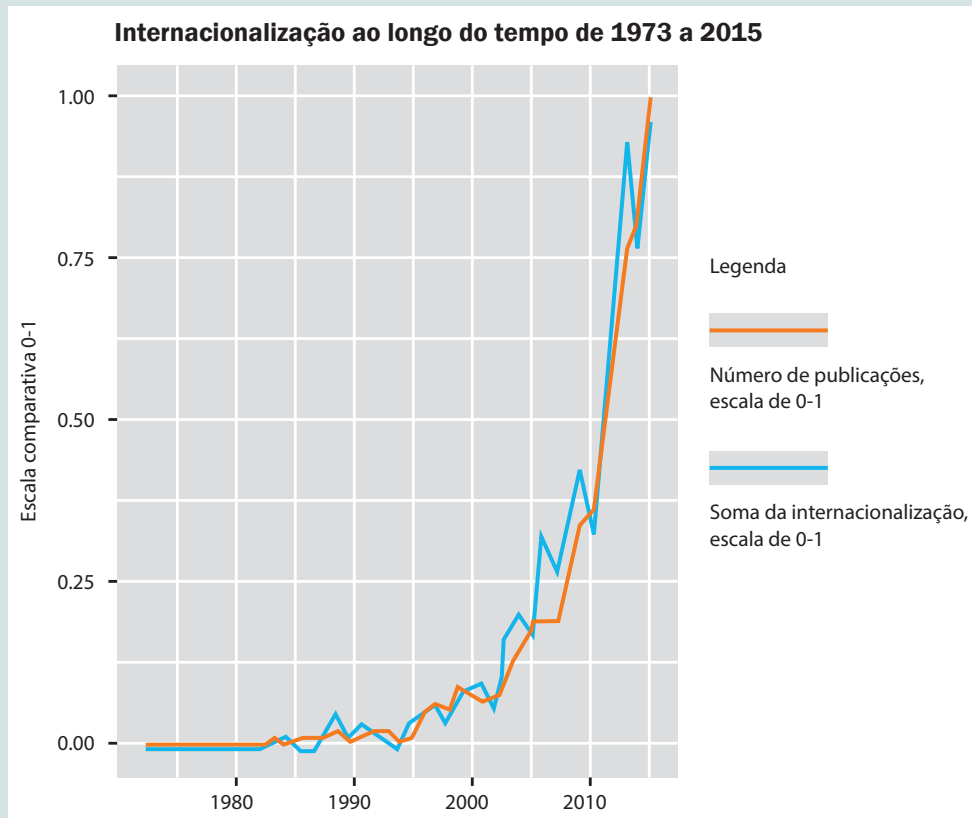
Ardigò, Luciano Cavalli, Giorgio Braga, Filippo Barbano, cujos status de “livre docente” lhes permitiu lecionar cursos em universidades) usou seus conhecimentos e credenciais para estabelecer pólos disciplinares nas principais universidades. A partir dessa posição, eles treinaram uma nova geração, mais especializada, cujos membros preenchiam as cadeiras da disciplina no contexto da transição da Itália para um sistema universitário de massas em que as Ciências Sociais se tornaram mais centrais.

Assim, durante a década de 1960, o panorama da disciplina mudou drasticamente. O sonho de que os sociólogos serviriam como conselheiros do príncipe para a modernização da Itália não se realizou; em vez disso, a sociologia encontrou um status mais estável dentro e fora da academia, que agora se tornou o principal local para o treinamento e a reprodução sociológica. A principal instituição foi fundada em Trento, em 1962; após essa escolha fatídica, foram criadas outras Faculdades de Sociologia, além de disciplinas obrigatórias em sociologia nas Faculdades de Ciência Política.

Assim, cerca de vinte anos após as tímidas tentativas de legitimar a sociologia na Itália, a academização da sociologia alcançou força máxima. Durante um longo período, a sociologia foi uma disciplina cujo campo e hábitos foram moldados mais pelas exigências rotineiras da pesquisa do que pelo prestígio intelectual associado à aceitação pela academia. Não surpreendentemente, esse longo exílio das salas universitárias teve enormes consequências, moldando não só a atitude dos sociólogos, mas também o tipo de pesquisa que foi favorecida, bem como a orientação teórica de até mesmo grandes figuras. Foi apenas no final da década de 1960 (e ainda com mais força durante a década de 1970) que a sociologia italiana deu passos decisivos para a sofisticação teórica, empírica e metodológica. ■

> A internacionalização da sociologia na Itália Décadas de 1970 a 2010

Por **Flaminio Squazzoni** e **Aliakbar Akbaritabar**, Universidade de Bréscia, Itália



Internacionalização da sociologia italiana, 1973-2015.

Os sociólogos italianos trabalham em uma ampla gama de instituições educacionais e de pesquisa localizadas em diferentes regiões da Itália. As práticas estabelecidas de contratação e promoção – desenvolvidas através de uma combinação complicada de regulamentações hierarquizadas, coexistência e conflito de escolas “paradigmáticas” e “panelinhas” locais – permitiram que os sociólogos expandissem sua influência acadêmica e encontrassem vagas de emprego em muitas instituições. Por exemplo, em todas as universidades da Itália, os números das faculdades de sociologia são semelhantes aos da economia (cerca de 1.000 professores titulares, associados e auxiliares). No entanto, embora isso possa mostrar a evolução bem-sucedida da nossa comunidade, não está claro se essas práticas realmente alimentaram excelentes pesquisas ou as comprometeram.

Para desenvolver uma visão quantitativa sobre as publicações dos sociólogos italianos, tomamos os nomes de todos os 1.227 sociólogos italianos (incluindo os inscritos em pós-doutorados em 2016) do site do MIUR (Ministério da Educação e Pesquisa Universitária), e depois pesquisamos o conjunto de dados no Scopus, que inclui revistas internacionais, apresentações em conferências, monografias e capítulos de livros, bem como as mais prestigiadas revistas nacionais, entre os anos de 1970 e 2010.

Descobrimos que 63,8% dos sociólogos italianos têm pelo menos uma publicação indexada no Scopus. Isso significa que um em cada três sociólogos na Itália não possui um único registro nas revistas internacionais reconhecidas, em anais de conferências, em livros ou nas revistas mais prestigiadas da Itália.

Alguns nomes de sociólogos italianos aparecem com

>>

frequência no conjunto de dados. Por exemplo, cinco indivíduos são autores de mais de 35 publicações indexadas. Por outro lado, cerca de 20% (249 sociólogos) publicaram apenas um artigo em toda a carreira. Se considerarmos o impacto das publicações, descobrimos que 52,4% (1.840 de 3.515 publicações) não tinham citações retratadas nos dados.

Curiosamente, os dados sugerem uma divisão geográfica. Os sociólogos que trabalham nas universidades do Norte (45,5%) e do Centro (27,2%) publicaram significativamente mais do que aqueles que trabalham em universidades do Sul, sugerindo um viés de auto-seleção ou um efeito de contexto negativo, talvez refletindo o desenvolvimento socioeconômico desigual em regiões geográficas. No entanto, apenas uma análise mais aprofundada do processo de contratação das universidades, que exigiria a reconstituição de comitês de contratação e candidatos através do banco de dados do MIUR, poderia revelar se esse viés é mais devido à auto-seleção e à homofilia do que aos efeitos de contexto.

Embora os observadores da academia italiana não fiquem surpresos com essa descoberta, encontramos outros resultados interessantes quando foram incluídas séries temporais. Consideramos a coautoria internacional, que indica os sociólogos mais ativos na comunidade internacional e, portanto, mais expostos aos padrões internacionais de pesquisa. Depois de contar o número de coautores não-italianos como proporção do número total de coautores para cada indivíduo, e dispondo os dados ao longo do tempo, descobrimos que a taxa de colaborações internacionais aumentou significativamente nos últimos anos, assim como o número de publicações. Essas tendências

são bastante semelhantes, com um crescimento de mais de 50% das colaborações internacionais nos últimos dez anos (ver gráfico).

Embora uma análise mais aprofundada exija olhar sistematicamente os fatores causais, essa tendência é provavelmente um resultado positivo da avaliação nacional de pesquisa da ANVUR (a agência nacional italiana para a avaliação das universidades e do sistema de pesquisa), que foi criada em 2010 e avaliou a pesquisa sociológica publicada a partir de 2004. Embora leve tempo para os cientistas adaptarem suas estratégias de publicação, muitos sociólogos que não estavam particularmente familiarizados com revistas internacionais provavelmente perceberam a importância de publicar em veículos bem estabelecidos. Alternativamente, os sociólogos que já publicavam internacionalmente podem ter decidido investir ainda mais em publicações internacionais para compensar seu investimento inicial.

Não queremos sugerir que as pressões institucionais tenham simples efeitos darwinistas, em que os cientistas simplesmente se adaptam para aumentar seu rendimento. No entanto, o aumento da concorrência por financiamento no nível nacional e internacional e a crescente atenção à produtividade da universidade e do departamento podem promover uma maior internacionalização e a importância da publicação em revistas internacionais de prestígio para aumentar sua reputação acadêmica. Em poucas palavras, podemos dizer *“Eppur si muove”* – “Ainda por cima se move”! ■

Contato com Flaminio Squazzoni <flaminio.squazzoni@unibs.it>

> Os estereótipos de gênero na sociologia italiana

Por **Annalisa Murgia**, Escola de Negócios da Universidade de Leeds, Reino Unido e **Barbara Poggio**, Universidade de Trento, Itália



Revolta estudantil de Trento, 1968.

O relacionamento da sociologia italiana com os estudos de gênero é bastante complexo, ligado a uma série de fenômenos e eventos que caracterizaram o contexto acadêmico e o desenvolvimento do movimento feminista na Itália.

As perspectivas de gênero entraram nos debates sociológicos da Itália no final da década de 1970, graças a algumas mulheres sociólogas pioneiras. Como em muitos países, as reflexões teóricas sobre gênero surgiram pela primeira vez na Itália, fora da academia, fortemente ligadas ao ativismo

político pela igualdade de direitos das mulheres e a questões como aborto e divórcio. No entanto, essa estreita ligação com o ativismo político impediu a institucionalização de estudos de gênero dentro de um sistema acadêmico com a intenção de se apresentar como independente das afiliações políticas, e dentro da sociologia, uma disciplina que buscava combater acusações de militância política e objetivos ideológicos.

Porém a sociedade italiana há muito se caracterizou - e ainda está permeada - por uma ordem tradicional de gênero, ainda claramente refletida no sistema universitário.

>>



Encontro das feministas de Trento em 1968.

Uma grande diferença de gênero ainda pode ser observada em carreiras científicas, especialmente em um persistente “efeito tesoura”: as mulheres estudantes de graduação e pós-graduação são mais numerosas do que os homens, e mais mulheres do que homens são doutorandas e pós-doutorandas, mas a presença feminina geralmente despenca na transição para a carreira acadêmica. Nas ciências políticas e sociais, as mulheres representavam apenas 26% dos professores titulares, 39,3% dos professores associados e 46,7% dos professores assistentes em 2015 (Ministério da Educação e Pesquisa Universitária, 2016). Poucas mulheres participam dos conselhos de revistas científicas, especialmente nas de alto nível.

Além disso, a estrutura rígida dos currículos acadêmicos da Itália, que prevê um número limitado de cursos oficiais vinculados a um programa ministerial centralizado, contribui para a marginalização dos estudos de gênero no ensino superior. É difícil introduzir novas disciplinas, especialmente se não gozam de plena legitimidade - como no caso de estudos de gênero - ou se os proponentes ocupam cargos acadêmicos iniciantes ou marginalizados.

Ao mesmo tempo, a entrada de estudos de gênero na academia também foi dificultada por debates no próprio movimento feminista. Em particular, a teoria da diferença, que desempenhou um papel importante na Itália, favorecendo as reivindicações de autoconsciência e separatismo, e gerou desconfiança em relação às universidades, percebidas como bastiões do poder acadêmico e patriarcal. Além disso, como observa Saraceno, as estudiosas feministas da Itália que queriam influenciar os currículos acadêmicos, discutiram muito as estratégias institucionais a serem adotadas: deveriam inserir currículos específicos sobre mulheres e estudos de gênero ou deveriam tentar integrar uma perspectiva de gênero dominante? Dada a rigidez institucional do sistema universitário italiano, a maioria optou pela integração, colocando o foco nas mulheres, e depois no gênero, em disciplinas regulares de ensino, oferecendo seminários, atividades e eventos para os estudantes, além dos currículos estabelecidos, e

eventualmente criando centros de pesquisa de gênero.

Foi apenas no final dos anos 1980 que os estudiosos de gênero começaram a lutar por um status institucional mais reconhecido, uma luta que adentrou no século XXI. Na sociologia, um passo importante no processo de institucionalização ocorreu em 2012, com a criação de uma seção específica dentro da Associação Italiana de Sociologia.

Ao longo das décadas, os estudos de gênero da Itália se expandiram gradualmente – mas esse crescimento foi um pouco fragmentado e não-sistemático. Hoje, a presença de estudos de gênero na comunidade acadêmica italiana ainda está limitada a configurações específicas; os créditos por lecionar e pesquisar sobre diferenças de gênero são muitas vezes associados a determinadas mulheres acadêmicas, com base no reconhecimento que obtiveram em suas respectivas instituições e comunidades científicas. Além disso, as oportunidades de formação de graduação e pós-graduação em estudos de gênero ainda são muito limitadas. Uma pesquisa mostrou que, em todos os programas de bacharelado e mestrado em 2011-12, apenas 57 cursos foram focados em gênero – uma pequena proporção de todos os cursos em potencial oferecidos. Um quarto dos cursos focados em gênero estava na área da sociologia; não havia nenhum programa de titulação específico em estudos de gênero. Os cursos de pós-graduação em estudos de gênero também eram limitados: doze cursos de especialização, seis de mestrado e quatro cursos de doutorado. Nos últimos anos, houve um novo recuo no lançamento ou expansão de cursos de gênero, tanto devido às recentes políticas de austeridade e consequentes cortes de financiamento, como também porque a perspectiva de gênero ainda luta para obter reconhecimento na academia – a situação foi exacerbada por persistentes acusações de parcialidade política, e por uma campanha recente amplamente divulgada por associações e movimentos católicos ortodoxos que procuraram negar os fundamentos científicos dos estudos de gênero. Tudo isso também tende a limitar o reconhecimento e a divulgação da pesquisa em estudos de gênero, exacerbando a marginalização dos pesquisadores.

Apesar da produção substancial e da contribuição significativa feita para as várias disciplinas da ciência social e além, os estudos de gênero são hoje caracterizados na Itália pelo que Di Cori chamou de “perfil de indeterminação identitária”. Mesmo na sociologia, os estudos de gênero prescindem de uma presença sistemática plenamente legítima, dentro dos currículos institucionais, um padrão vinculado a desequilíbrios de gênero persistentes e significativos nos caminhos profissionais na universidade italiana. ■

Contato com:
Annalisa Murgia <a.murgia@leeds.ac.uk>
Barbara Poggio <barbara.poggio@unitn.it>

> Uma disciplina dominada na academia italiana

Por **Massimiliano Vaira**, Universidade da Pavia, Itália

Muito contestado, o reconhecimento da sociologia como disciplina científica e acadêmica no meio universitário italiano é um evento recente. Com o desenvolvimento tardio da sociologia, seu reconhecimento e institucionalização, no campo acadêmico e também ao nível da sociedade, ainda não podem ser considerados como plenamente estabelecidos. Consequentemente, até hoje, a sociologia ocupa uma posição dominada no campo acadêmico. Trabalhando a partir de uma perspectiva bourdieusiana, este ensaio descreve o estado da disciplina nos anos 2000, usando dados oficiais sobre o número de professores titulares, cursos e departamentos como indicadores do grau relativamente baixo de institucionalização da sociologia, bem como sua posição dominada e seu limitado poder dentro do campo acadêmico italiano, antes de recorrer a outros aspectos do status e do estado da disciplina.

A sociologia pode ser considerada uma disciplina híbrida, pertencente à *soft science*, mas está localizada na fronteira entre a pesquisa pura e a pesquisa aplicada. As reflexões sobre os fundamentos teóricos, epistemológicos e ontológicos tornam a sociologia mais próxima da filosofia, uma ciência pura, enquanto a dimensão empírica das investigações sociológicas produz seu conhecimento aplicado, utilizável para diversos fins em diferentes esferas sociais. Embora outras disciplinas (por exemplo, a economia, a psicologia ou a física) compartilhem esse caráter híbrido com a sociologia, a maioria se inclina mais para pólos aplicados ou puros, e essas disciplinas são muitas vezes caracterizadas por uma distinção interna mais organizada e mais institucionalizada entre a produção de conhecimento teórico e prático/aplicado do que geralmente ocorre no caso da sociologia.

A este respeito, a sociologia ocupa uma região um tanto limítrofe do campo acadêmico. Dada a sua institucionaliza-

ção recente e ainda incompleta e sua característica híbrida, a sociologia retém uma “identidade” científica incerta, permanecendo confinada às margens da academia e muitas vezes tratada como irrelevante no debate público.

Tal posição liminar da sociologia, tanto no campo acadêmico como no mundo social, enfraquece o poder da disciplina – um fato ilustrado por dados nacionais, que revela ainda, a falta de institucionalização da disciplina, sua posição marginal no campo acadêmico e, portanto, seu poder limitado.

Para começar, de quase 900 departamentos em todo o sistema universitário italiano (que inclui 97 instituições públicas, privadas e “virtuais”), atualmente existem apenas cinco departamentos de sociologia – ou seja, departamentos em que a “sociologia” é incluída como parte do título oficial e onde a maioria dos membros do corpo docente é composta de sociólogos. Em 2012 (o último ano com dados disponíveis), de 2.687 cursos de graduação, apenas 18 eram em sociologia, oferecidos por 16 instituições; havia 22 cursos de pós-graduação, dentre os 2.087 oferecidos por 18 instituições. Em 2016, havia menos de dez programas de doutorado em sociologia de um total de 913 programas de doutorado em todas as disciplinas.

Esses dados demonstram, de forma bastante eloquente, a posição marginal da disciplina, mas os dados sobre professores titulares, em comparação com outras disciplinas, são ainda mais reveladores. A tabela abaixo resume a comparação ao longo dos anos 2000. As seis disciplinas de comparação representam cerca de 60% do total de titulares acadêmicos em universidades italianas em 2015. Os dados demonstram como a sociologia é numericamente marginal em comparação com disciplinas mais aplicadas (como engenharia/arquitetura, economia/estatística, direito), “mais puras” (como as artes e a matemática), e até a psicologia, uma

>>

Número de titulares por disciplina e ano

	Engenharia Arquitetura	Artes	Economia Estatística	Direito	Matemática	Psicologia	Sociologia
2001	6241	1769	3794	3957	2494	872	685
2005	8738	1867	4406	4612	2575	1086	817
2010	8608	1670	4647	4765	2443	1239	933
2015	7802	1382	4309	4328	2171	1238	906

| A posição marginal da sociologia na academia italiana.

disciplina com uma história acadêmica recente semelhante e, até certo ponto, uma natureza híbrida comparável.

Como campo disciplinar, a sociologia sofre uma espécie de fragmentação, que pode ser concebida como uma balkanização dupla. Em primeiro lugar, está amplamente disperso em diferentes tipos de departamentos (por exemplo, ciências políticas, economia, direito, medicina, engenharia/arquitetura, humanidades), muitas vezes desempenhando um papel auxiliar como uma disciplina menor dominada por outras disciplinas fundamentais. Embora isso seja verdadeiro em alguns casos para outras disciplinas (por exemplo, a matemática pode ser parte da economia, engenharia/arquitetura, departamentos de medicina; ou a psicologia e o direito podem estar localizados em departamentos de ciências políticas, sociologia ou economia), tais disciplinas são muito mais concentradas que a sociologia. Por exemplo, em comparação com os cinco departamentos italianos de sociologia, existem dez departamentos de artes, dezoito de psicologia, vinte de direito, 35 de matemática, 56 de economia, 137 de engenharia/arquitetura (uma disciplina que também está localizada em três instituições especializadas chamadas Politécnicas).

Ao mesmo tempo, a sociologia também está internamente fragmentada nos chamados *componenti* (campos), três grupos acadêmicos baseados em fundações “políticas” e não epistemológicas. Isto impediu, em grande parte, e ainda impede, que a sociologia italiana desenvolva uma abordagem unificada para a academia como um todo e nas suas relações com outras disciplinas.

Finalmente, a comunidade acadêmica sociológica nunca conseguiu criar um sistema de credenciamento para sociólogos profissionais, em contraste com a medicina,

o direito, a engenharia/arquitetura, a psicologia e, até certo ponto, a própria economia. Isso tem um duplo efeito. Primeiro, deixa a sociologia em uma posição um pouco fraca em relação ao segmento profissionalizado do mercado de trabalho: os pós-graduados em sociologia não são considerados profissionais com habilidades e conhecimentos definidos (muitas vezes, é dito que um sociólogo é tudo e nada, nem peixe nem galinha). Em segundo lugar, e, relacionadamente, a sociologia é fraca como ator no campo acadêmico: o fato de a disciplina não reivindicar o treinamento de “profissionais” no sentido estrito perpetua ainda mais sua posição marginal no campo acadêmico.

Juntas, essas condições e dinâmicas estruturais fornecem pelo menos uma compreensão impressionista da posição dominada da sociologia. Aparentemente pouco dotada de capital científico, acadêmico ou socioeconômico, a disciplina ocupa uma posição destacada dos três polos do campo acadêmico da Itália – a saber, o polo de reconhecimento científico, o polo de poder acadêmico e o polo mundano de reconhecimento econômico e social. A detenção de um capital relativamente escasso por parte da sociologia em todas as três dimensões tem feito com que a disciplina seja caracterizada por oportunidades limitadas para ganhar recursos simbólicos e materiais. Essa condição – um produto da história institucional da disciplina, seu status acadêmico e socialmente incerto como ciência, seu estado de “balkanização dupla” e sua falta de credenciamento profissional – relegou a sociologia italiana para as categorias mais baixas do espaço hierárquico da academia, deixando a disciplina em uma situação dominada e periférica. ■

Contato com Massimiliano Vaira <massimiliano.vaira@unipv.it>

> O fim da era global?

Uma Entrevista com Martin Albrow



Martin Albrow.

Martin Albrow, o eminente sociólogo britânico Martin Albrow inicialmente construiu seu nome como especialista em Max Weber e como autor da monografia amplamente lida *Bureaucracy* (1970). Ele foi um dos primeiros teóricos da globalização, publicando o trabalho pioneiro *The Global Age: State and Society Beyond Modernity* (1996). Seus outros livros incluem *Max Weber's Construction of Social Theory* (1990) e *Do Organizations Have Feelings?* (1997). Desde cedo, tornou-se aprendiz do excelente Norbert Elias, e depois obteve seu doutorado na Universidade de Cambridge, em 1973. Lecionou em universidades em todo o mundo. Foi presidente da *British Sociological Association*, de 1985 a 1987, e editor fundador da revista da ISA *International Sociology* (1984-90). Atualmente, é professor emérito na Universidade de Gales e membro da Academia de Ciências Sociais (do Reino Unido).

Esta entrevista aconteceu por ocasião de uma palestra que o professor Albrow deu na Faculdade de Sociologia e Assistência Social da Universidade de Bucareste, na Romênia, organizada pela Divisão de Ciências Sociais do Instituto de Pesquisa da Universidade de Bucareste ([ICUB](#)). As entrevistadoras foram **Raisa-Gabriela Zamfirescu** e **Diana-Alexandra Dumitrescu**, ambas doutorandas da Faculdade de Sociologia da Universidade de Bucareste.

RGZ: Você foi pioneiro na sociologia da globalização. Como essa temática veio à tona?

MA: Bem, suponho que a globalização foi algo que eu cheguei relativamente tarde. Minha carreira começou em sociologia após adquirir um diploma em história. Depois disso, fui à London School of Economics, iniciei a faculdade de sociologia e então comecei, de fato, um trabalho de ensino na área, em 1961 – na época, ainda estava trabalhando na minha dissertação sobre Max Weber. A dissertação levou muito tempo para ser concluída porque eu tinha responsabilidades de ensino – e meus interesses divergiam. Finalmente, decidi concentrar-me nas organizações. Meu primeiro livro foi sobre a burocracia, publicado em 1970.

RGZ: E foi reimpresso oito vezes...

MA: Sim, ele foi extremamente bem-sucedido. Eu não sei bem o porquê, na verdade, pois se tratava apenas de um

livro modesto, mas os alunos o acharam muito útil. Eu fiquei conhecido por este livro durante muitos anos. Então, eu me encontrei em meio a uma carreira acadêmica típica, me tornando professor – e enquanto professor eu também me tornei presidente da *British Sociological Association*, na década de 1980. Me tornei bem conhecido depois de editar a revista *Sociology*, para a *British Sociological Association* – logo depois, fui convidado para editar a revista *International Sociology*, para a *International Sociological Association*. Essa foi um grande passo na minha carreira. Aconteceu em meados da década de 1980, quando a “globalização” estava se tornando um tema importante. Na pressa de terminar meu trabalho sobre Max Weber, perguntei-me: “O que Max Weber faria hoje se ele estivesse vivo?”. Eu imaginei que ele estaria trabalhando, nesta nova direção da história mundial. Weber sempre se interessou pela geopolítica além de seus projetos intelectuais; ele também era uma figura política, e por isso pensei que ele se interessaria pela globalização.

>>

Então, eu terminei meu livro sobre Weber e no mesmo ano – em 1990 – juntei uma série de trabalhos com minha assistente, Elizabeth King, que viraram o livro *Globalization, Knowledge and Society: Readings from International Sociology*. A obra foi publicada no Congresso Mundial da ISA, em Madri, e uma cópia foi distribuída a todos aqueles que vieram à conferência – 4.000 sociólogos de todo o mundo. Isso lançou a palavra globalização em nossa disciplina.

RGZ: *Voltando nossa atenção a eventos mais recentes sobre regionalismo e globalização, depois do Brexit, o que você acha do futuro da União Europeia?*

MA: Acredito que um dos problemas com a UE no passado foi que ela não desenvolveu uma imagem suficientemente forte no resto do mundo. Não falou com força sobre questões globais. Também ficou muito dedicada à sua própria política. Eu acho que isso foi uma fraqueza em seu passado – mas, claro, é extremamente difícil para uma organização de mais de vinte países se encaixar e construir algo coerente. É extremamente difícil.

Com o Brexit, acho que é possível dizer que ele pode ter dois resultados para a União Europeia. Por um lado, poderia encorajar a UE a tornar-se mais forte, mais integrada, reconhecer que tem deficiências e que precisa se coordenar melhor. Neste cenário, em suas negociações com a Grã-Bretanha, ela encontrará um propósito comum de maneira mais fácil. Penso que é justo dizer que o governo britânico quer que a União Europeia seja forte. Não é do interesse de ninguém que a União seja fraca. Então, se todos os lados concordarem que é uma situação em que todos os lados ganham, se a Grã-Bretanha e a UE puderem concordar, a UE será mais forte, de fato. Essa é uma possibilidade. Mas, por outro lado, existe a possibilidade – e todos devem ter medo disso – que as mesmas forças que levaram a Grã-Bretanha a sair da união encorajem outros países da UE a saírem. E há vários países onde, como sabemos, existem movimentos anti-UE, anti-globalização, *anti-establishment*.

RGZ: *E quanto à política do Schengen de suspender o controle das fronteiras sobre o movimento de pessoas dentro da UE, um princípio que foi atacado, especialmente, com a crise dos refugiados?*

MA: Quando se trata do espaço Schengen, acho que aprendemos que houve uma grande incompetência por parte de seus líderes. Houve muita conversa sobre “esse é um princípio sobre o qual não podemos negociar, que não podemos comprometer”. Os princípios nunca são plenamente alcançados, sempre há compromissos. E o grande princípio da UE – a livre circulação de capitais, mão-de-obra, serviços, bens – não foi seguido de forma perfeita em nenhum dos países. Assim, por exemplo, a livre circulação de pessoas varia de país para país, dependendo de coisas como as leis de seguridade social ou de residência. Muitas cidades, mesmo, têm suas próprias qualificações residenciais. Essa questão da livre circulação poderia ter sido negociada entre a Grã-Bretanha e a EU, em vez de se tornar uma espécie de princípio de tudo ou nada. Outros erros foram com relação à crise dos refugiados – A Merkel

não deveria ter dito “que todos venham”. Isso teve muito pouco sentido em termos políticos e encorajou outros países a rejeitarem os refugiados, levando a uma grande perturbação no sentido de pertencimento a uma única comunidade.

DAD: *Tem havido muita conversa sobre redes sociais e movimentos sociais. Qual você acha que tem sido o impacto da comunicação digital?*

MA: Os jovens que crescem com a digitalização podem sentir que todos os movimentos são o resultado – ou são possibilitados pela – digitalização; mas devo lembrá-los de que houve um movimento juvenil mundial em 1968, muito antes da era da digitalização. Além disso, os anos 1960 foram um período que se costumou chamar de contracultura, e esteve associado a revoluções nacionais e distúrbios dentro das universidades. O interessante de tais movimentos é que eles ocorreram espontaneamente em diferentes países. Eles não necessitaram, necessariamente, de coordenação sobre suas fronteiras porque foram respostas a condições semelhantes em países parecidos, com tipos semelhantes de desenvolvimento.

A digitalização, de fato, fez a diferença. Isso permitiu que a liderança espontânea emergisse, e não necessariamente a liderança que se poderia esperar. Vamos tomar o movimento anti-globalização como exemplo. O grande evento centrou-se na reunião da Organização Mundial do Comércio em Seattle, em 1999, há quase vinte anos. Milhares de pessoas vieram para Seattle, especialmente do Canadá. O presidente Clinton faria um discurso na reunião, mas, eventualmente, teve que cancelá-lo por causa das manifestações. A mídia convencional, mais do que as redes sociais, deu cobertura mundial ao assunto. Não havia Facebook em 1999. Portanto, os efeitos da digitalização podem, eu acho, ser exagerados. Eles intensificam a comunicação, é claro, e nesse sentido aceleram a resposta. Os políticos entendem isso; então, eles agora usam redes sociais para estabelecerem uma comunicação direta. Encontramos a imprensa tradicional, os jornais, em declínio, embora a televisão ainda tenha um papel muito importante, porque tem um estúdio para que você possa reunir as pessoas, cara a cara, mesmo que provenham de países diferentes.

Acredito que a digitalização tem mais consequências generalizadas em outros campos – em segurança, vigilância, interceptação de comunicações. As informações que as autoridades conseguem umas das outras, seus segredos e sua capacidade de se hackear, são muito mais importantes do que a simples comunicação. Eu sei agora que qualquer e-mail que eu envio pode ser interceptado, qualquer informação que enviamos ou recebemos – se alguém quiser chegar nela, eles podem fazê-lo.

DAD: *Desde o início, os sociólogos têm comparado a sociedade a um organismo biológico, que se metamorfoseia continuamente. O que você acha dessa analogia?*

MA: Bem, estamos falando sobre evolução aqui. O processo

>>

de mudança biológica é melhor compreendido do que o processo de mudança social. Isto se dá principalmente porque penso que na mudança social, os processos de herança, de formação de identidade e de formação de entidades sociais são fenômenos culturais. Uma das grandes capacidades da cultura humana é dos indivíduos se libertarem das condições em que nasceram, das unidades sociais às quais pertenciam no início. O perigo surge da ingenuidade humana, no desenvolvimento de objetos de destruição que, põem em perigo o resto da humanidade – e não penso apenas em bombas, mas também na invenção de organismos biológicos, de vírus. Independentemente do progresso relativamente lento da tecnologia, que poderia mudar a nossa composição biológica, o desenvolvimento da robótica de vários tipos poderia nos tornar redundantes de muitas maneiras. Nossa engenhosidade tem criado grandes ameaças à espécie humana.

RGZ: *The Global Age* é provavelmente o seu livro mais famoso. Como você o avalia hoje, especialmente no que diz respeito aos seus argumentos sobre a dinâmica política?

MA: *The Global Age* foi escrito em meados da década de 1990, então já fazem vinte anos. Fiquei interessado em saber por que a nova linguagem do “global” tornou-se tão popular. Cheguei à conclusão de que os eventos de 1945, e depois os acontecimentos da década de 1970 apresentaram um novo reconhecimento de questões globais, isto é, de desafios para o planeta. Isso é diferente da globalização, que em seu sentido estrito é uma ideologia usada pelos Estados Unidos para promover seus próprios interesses na economia mundial – uma instância muito especial de um problema global. Nos anos do pós-guerra, a grande questão era a ameaça da guerra nuclear, as ameaças ao meio ambiente, o aumento da pobreza, a poluição do mar e assim por diante. Essas eram questões que só poderiam ser abordadas globalmente. Para mim, foi por isso que a linguagem do global tornou-se tão importante.

A globalização foi uma questão que se tornou política no contexto do domínio americano e, especialmente, após 1989 com o colapso do Império Soviético. Então, *The Global Age* foi escrito realmente em reação a todos aqueles que pensavam que a globalização era um único processo unidirecional. A era global é a era em que os seres humanos estão sob ameaça coletiva.

Agora, onde viemos parar vinte anos depois? Eu sugeriria que a política da era global está se cristalizando. O mundo dividiu-se em dois. De um lado, você tem o iluminado, o globalizado ou o educado, que se aproveita de um mundo global, que entende quais são os desafios. Esse é um conjunto de pessoas, e eles tendem a ser os líderes e também a oposição – os polos políticos dominantes em seus respectivos países. E, então, de outro lado, você tem o resto. E há uma crescente divisão entre os dois.

A política da era global tornou-se transnacional, nesse sentido. Portanto, o que quer que aconteça em qualquer país particular deve ser visto como um aspecto da política

globalizada. Eu acho que isso está muito mais claro para nós agora. Então, ironicamente, quando alguém vê e lê sobre uma potencial mudança de poder na Holanda, ou o que está acontecendo no Equador, essas mudanças só podem ser entendidas em termos de relações entre elites em todo o mundo e suas populações locais. É um quadro global. Não há como entender eventos políticos nacionais sem referência ao que acontece em outro lugar. Essa é minha tese sobre a era global. Eu acredito que só foi reforçada pelo o que aconteceu nos últimos vinte anos. A esse respeito, penso que a digitalização está fazendo diferença, para que as pessoas possam estar perdendo o foco no global e se interessando mais pelas redes, ou se interessando mais nas conexões e relações.

DAD: *Olhando para trás, quais são os três assuntos que você desejaria que tivesse estudado no início de sua carreira?*

MA: Eu fui educado em um sistema que fez uma divisão radical entre as ciências naturais e as humanas; então, deixei de lado as ciências naturais quando eu era ainda bastante jovem. Agora percebo que os problemas intelectuais das ciências naturais e das ciências sociais têm muito mais em comum do que às vezes nós imaginamos. Portanto, gostaria de ter tido uma melhor compreensão de algumas das questões fundamentais relativas às ciências naturais, em relação à identificação das forças e à linguagem que podemos usar para descrevê-las. Então, meu primeiro desejo seria saber mais sobre as ciências em geral.

Em relação ao segundo desejo: mesmo na escola, sempre fui fascinado com a China; e quando fui à London School of Economics tive o privilégio de participar de um seminário dado por um sinologista muito competente; posteriormente, eu escrevi alguns artigos sobre a China. Posteriormente, na década de 1980, visitei o país. Mas nunca, em nenhum período da minha carreira, eu considereei aprender chinês. Estou aprendendo agora, mas teria apreciado muito aprender chinês quando tinha dezoito anos, porque é um tipo de linguagem fundamentalmente diferente, um tipo diferente de pensamento – e uma visão tão diferente do mundo teria sido um recurso maravilhoso quando eu era jovem.

O terceiro desejo: suponho que eu teria me beneficiado com uma compreensão mais ampla da religião do que a que eu tinha quando era jovem. Eu fui educado na Igreja da Inglaterra, e depois de estudante me tornei agnóstico. À medida que fui envelhecendo, fui percebendo que as religiões do mundo mantêm ideias profundas. Claro, vocês têm aqui na Romênia um dos pensadores mais maravilhosos sobre a religião, Mircea Eliade. Eu não havia lido Eliade até eu completar meus cinquenta anos. Eu deveria ter lido ele quando eu estava nos meus vinte anos. ■

Contato com:

Martin Albrow <albrowm@hotmail.com>

Diana Dumitrescu <diana.dumitrescu@icub.unibuc.ro>

Raisa-Gabriela Zamfirescu <raisa.zamfirescu@gmail.com>

> O legado do colonialismo no Kosovo

uma entrevista com Ibrahim Berisha



Ibrahim Berisha.

Ibrahim Berisha nasceu na República do Kosovo. Estudou filosofia e sociologia em Prishtina e logo depois cursou pós-graduação em Zagreb, na Croácia, onde obteve também um título de doutorado em sociologia das comunicações. Depois de trabalhar como jornalista e editor em Kosovo e também no exterior, agora leciona no Departamento de Sociologia da Universidade de Prishtina, no Kosovo. Já publicou diversos livros sobre sociologia das comunicações e de estudos de sociocultura, bem como várias coleções de prosa e poesia. Seu último livro é *The Death of a Colony*. Esta entrevista foi realizada por Labinot Kunushevci, mestre em Sociologia pela Universidade de Prishtina.

LK: Em seu livro *The Death of a Colony*, você descreve a história do Kosovo como a história de uma colônia. O que você quer dizer com isso?

IB: Primeiramente, é importante lembrar que os colonizadores diferem uns dos outros, e o mesmo se aplica ao povo colonizado. Mas em que sentido eu digo isso? Por exemplo, os colonizadores diferem entre si em termos das narrativas através das quais eles constroem um processo de colonização, bem como nos fins projetados em tais

narrativas. Havia uma diferença, por exemplo, entre os objetivos da colonização da França na Argélia, os objetivos da Inglaterra na Índia ou os objetivos da Bélgica ao colonizar o Congo.

A colonização sérvia no Kosovo começou a partir de mitos, antes de se expandir ao ponto de incluir objetivos econômicos, políticos e expansionistas. Os estados europeus não basearam suas ocupações coloniais em mitos ou na construção de eventos históricos particulares, como

>>

foi o caso da colonização sérvia no Kosovo, sobretudo por intermédio da Batalha do Kosovo de 1389, cuja intenção foi “corrigir a história”.

LK: Você pode falar um pouco mais sobre os objetivos da colonização sérvia do Kosovo em comparação com as formas mais familiares de colonialismo?

IB: Tanto os objetivos como os processos diferem: os britânicos não pretenderam esvaziar a Índia de sua população; mas a Sérvia sim. O Estado sérvio tentou realizar uma limpeza étnica total da maioria albanesa no Kosovo. A intervenção política foi legitimada com base na ideia de que o Kosovo devia ser esvaziado dos albaneses de uma vez por todas, por qualquer meio necessário. Isso foi buscado diversas vezes, mais recentemente durante a trágica guerra de 1998-1999. O “exercício” envolveu não apenas autoridades do Estado sérvio, mas também instituições religiosas, culturais, acadêmicas e artísticas. Simplificando: na perspectiva francesa, a Argélia era uma terra povoada pelos argelinos, e ficou claro que os franceses acabariam por deixar o país em algum momento. No caso da Sérvia, o Kosovo é visto como um território habitado apenas temporariamente pelos albaneses, e a ocupação seria necessária até o seu êxodo definitivo.

LK: Você acha que as estratégias de colonização foram construídas a partir de projetos de Estado ou, ao contrário, que elas foram formatadas pelos próprios colonos?

IB: As estratégias de colonização deveriam produzir efeitos concretos. No Kosovo, isso significava mudanças sócio-demográficas. As estruturas e as arquiteturas urbana e rural mudaram onde quer que os sérvios tenham se estabelecido no Kosovo, depois do século XX. A recuperação da história medieval remodelou e inspirou essas mudanças, juntamente com imagens iconográficas e o estabelecimento de novas aldeias e cidades, com escolas, estradas e mudanças econômicas. A organização da população poderia ser facilmente alterada nas cidades e vilarejos, uma vez que toda a administração sérvia foi implantada lá, com seus oficiais militares, polícia militar, juízes e até mesmo alguns políticos. As propriedades expropriadas dos proprietários legítimos albaneses em nome da reforma agrária foram entregues aos colonos.

Na última reforma agrária, por exemplo, ainda durante a era comunista, as famílias nas aldeias ficaram com um máximo de dez hectares de terra e floresta – um padrão de desapropriação que devastou as economias familiares. Em 1950, uma família rural de 60 ou mais membros tinha apenas dez hectares de terra. Foi quando a migração econômica começou, digamos assim. Os jovens iam para Belgrado e outras cidades da Iugoslávia para fazerem um trabalho servil. Pessoas trabalhando em ourivesarias, padarias, confeitarias, como artesãos em geral, deixaram

Kosovo porque não havia compradores para seus produtos em suas terras natais. Mas eles não perderam contato com suas famílias, sempre enviando dinheiro para casa.

Em contraste, onde quer que os colonizadores se estabelecessem, eles gozavam de um apoio financeiro total do governo central. E o que esse processo sócio-demográfico pareceu ser na prática? Ora, se em 1912 os sérvios constituíam 5% da população no Kosovo, em 1939, essa porcentagem aumentou para quase 40%. A colonização não só alterou a estrutura demográfica da região, mas também a paisagem econômica, social e cultural da região. A segregação de albaneses em aldeias e áreas não urbanizadas das cidades os privou dos frutos da mudança social. Então, esse isolamento foi usado pelo *establishment* político para justificar o tratamento dos albaneses como cidadãos de segunda classe. Durante anos, os albaneses foram privados do direito à educação (por exemplo, os cursos universitários em albanês apenas começaram a surgir em 1970), foram empobrecidos depois de perder suas propriedades e passaram a habitar a região como se estivessem em uma ilha. De todos os povos da chamada ex-Iugoslávia, os albaneses eram os únicos cuja língua não era eslava – outro fator de isolamento.

LK: É algo comumente pensado que, durante o período comunista, sob o governo de Tito, os albaneses estavam em melhor posição política e econômica. Isso é verdade?

IB: O governo em Belgrado não pôde concordar em tornar os albaneses uma comunidade com direitos iguais; isto é, não podia dar aos albaneses e aos sérvios direitos e responsabilidades iguais. Então, o que aconteceu durante o regime de Tito, a partir de 1966, pode ser descrito como uma mudança cosmética sem uma verdadeira reforma. Os albaneses eram a terceira maior nação da Iugoslávia, depois dos sérvios e dos croatas; mas o Estado iugoslavo trabalhou ativamente para mudar essa condição. Na década de 1950, por exemplo, cerca de 200 mil albaneses migraram do Kosovo para escapar da opressão do Estado; houve, então, uma enorme mudança de identidade nacional: o número de “turcos” na Iugoslávia – isto é, principalmente os albaneses que buscavam algum tipo de santuário, ao mudarem a sua identidade – aumentou 260%, passando de 97.945, em 1953, para 259.536, em 1961.

Durante a era de Tito, a colonização continuou a avançar. O Kosovo, que é rico em chumbo, zinco, prata, carvão, magnésio e outros minerais, foi tratado como uma região rica em recursos naturais; mas o minério foi processado principalmente na Sérvia, na Vojvodina e em outros lugares. É por isso que o Kosovo sofreu um subdesenvolvimento contínuo.

LK: Como a sociologia albanesa considerou a ideologia sérvia de dominação política, étnica e cultural sobre o Kosovo?

IB: A sociologia albanesa no Kosovo é jovem, e há muito tem sido dominada pelo dogmatismo e pelo doutrinismo; o Departamento de Sociologia e Filosofia só abriu em Prishtina em 1971, e o sociólogo albanês mais famoso, o professor Fehmi Agani, que escreveu o influente livro *Sociological and Political Studies*, foi executado em 1999, durante a guerra no Kosovo. Ukshin Hoti, outro professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Prishtina, foi preso por acusações políticas na década de 1990, por defender a liberdade de expressão. Ele está na lista de pessoas desaparecidas desde 1999. O professor Hoti, que foi educado nos Estados Unidos, também se concentrou na sociologia política.

Hoje, uma equipe de jovens sociólogos ampliou o escopo de tópicos e temas da disciplina, para incluir cultura, estrutura social, religião, igualdade de gênero, comunicações, política e assim por diante. Esses jovens sociólogos foram majoritariamente educados no exterior; eles trazem diferentes conhecimentos metodológicos e exploram diferentes questões. É um sinal de progresso o fato desses jovens estudiosos não mais buscarem a sociologia através de lentes ideológicas – lentes que servem de propaganda e retardam as perspectivas críticas da sociologia.

LK: Quais são as consequências da colonização hoje?

IB: Hoje, podemos falar de um período pós-colonial, pós-socialista. Após um período difícil, a sociedade do Kosovo está passando por um momento de reconstrução, tentando se integrar às instituições financeiras, políticas e culturais internacionais. No entanto, essa integração, embora pareça oferecer esperança, não produziu os resultados que os cidadãos gostariam. A decepção, a falta de liberdade de ir e vir e o desemprego (especialmente entre os jovens) lembram as pessoas do passado e dos legados de discriminação e subdesenvolvimento dos anos anteriores.

O fracasso das políticas atuais para se criar mais igualdade social tornou os jovens cínicos. A maioria dos jovens quer sair do Kosovo, buscando o mercado de trabalho global como uma oportunidade para construir um futuro. Mas o sucesso no mercado global exige investimentos e mudanças

no sistema educacional.

LK: Como os mitos, as glorificações, a doutrinação e a propaganda afetaram o ambiente kosovar, e como isso produziu um sentimento de inferioridade entre os albaneses? Os albaneses foram capazes de resistir à dominação sérvia?

IB: Os Balcãs são um grande jardim de ilusões. Quem será o portador dessas “memórias gloriosas” no futuro? Intelectuais, artistas e políticos medíocres. Eles usam palavras enganosas para consolar o público: pátria, nação, heróis, mitos. Sua linguagem é dominada pelo patriotismo folclórico e essa glorificação é apoiada pela arrogância e por ameaças. Eles servem a políticos que buscam o poder sem preocupar-se com aqueles para quem governam. Muitos vivem no passado, buscando atenção pública ao jogar com as emoções das pessoas que só querem empregos e bem-estar.

Em um ambiente social como o nosso, a doutrinação é generalizada. Ao longo dos últimos cinco anos, muitos jovens se juntaram ao ISIS na Síria e no Iraque, respondendo à propaganda que preenche, agora, o vazio político e tira proveito de um senso de desesperança.

LK: Qual o papel do contexto iugoslavo na política do Kosovo hoje?

IB: A Iugoslávia já é passado agora. Ela foi criada a partir de um movimento cultural e político construído a partir da proximidade geográfica e dos laços históricos nacionais e linguísticos entre os eslavos do sul. Era uma criatura que não podia sobreviver porque não fora construída sobre princípios de igualdade. Os albaneses sofreram em todos os sentidos e, portanto, a Iugoslávia não tem lugar algum na consciência política do Kosovo de hoje. ■

Contato com:
Ibrahim Berisha <iberisha5@hotmail.com>
Labinot Kunushevcic <labinotkunushevcic@gmail.com>

> Política energética na Ōtautahi pós-desastre

Por **Steve Matthewman**, Universidade de Auckland, e Presidente da Associação Sociológica da Nova Zelândia, Aotearoa



Praça da catedral, Ōtautahi (Christchurch) após o terremoto de 2011.

Em um planeta que se urbaniza rapidamente, apresenta níveis sem precedentes de desigualdade, enfrenta o aquecimento global e a possibilidade de extinção em massa, a questão sobre como viver de modo sustentável e igualitário nas cidades assume importância global. A maioria da população mundial hoje vive em cidades – em 2050 serão dois terços – e em sociedade cada vez mais desiguais. Conforme adverte o Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, “a crescente desigualdade global, a exposição a ameaças naturais, a urbanização acelerada e o sobreconsumo de energia e recursos naturais ameaçam elevar os riscos a níveis perigosos e imprevisíveis, passíveis ainda de impactos globais”.

Por usarem energia de modo desproporcional, as cidades são fundamentais para um futuro sustentável. Hoje, elas são responsáveis por três quartos da demanda final de energia

e se a urbanização progredir no mesmo ritmo, até 2030 o mundo terá que investir cerca de 90 trilhões de dólares em infraestrutura urbana, energética e de uso do solo. Apenas para a infraestrutura energética, a Agência Internacional de Energia prevê a necessidade de 16 trilhões de dólares em investimentos ao longo da próxima década, e afirma que o setor elétrico “absorverá a maioria do investimento”. Fazer a coisa certa quando se trata de abastecimento energético e infraestrutura é, portanto, de importância cabal.

A Nova Zelândia Aotearoa é uma das nações mais urbanizadas do mundo, e desde os anos 1980 teve um dos maiores crescimentos globais em termos de desigualdade econômica. Lançamos recentemente um projeto de pesquisa de três anos sobre a infraestrutura energética de uma de suas cidades. O foco é a energia elétrica na Ōtautahi (Christchurch) pós-desastre.

Geralmente é impossível reconstruir

completamente uma cidade. Mas os terremotos de Canterbury em 2010 e 2011 acabaram sendo uma oportunidade única para reconstruir do zero de modo sustentável e equânime; para construir um sistema de energia elétrica resistente e inclusivo, capaz de aguentar os choques e pressões de eventos futuros como desastres naturais, crescimento populacional e mudança climática causada pela ação humana.

Nós enxergamos Christchurch como uma espécie de laboratório de relevância global: enquanto os pesquisadores costumam focar em megacidades, a maioria da população do planeta hoje – e será assim no futuro – vive em centros urbanos pequenos de meio milhão de habitantes ou menos. E, assim como Christchurch, cidades em todas as partes terão que encarar os desafios da mudança climática e do aumento do nível do mar. “Christchurch é como qualquer outra cidade que precisa se reconstruir depois de desastres naturais... [mas] também é única

>>

porque seus terremotos a obrigaram a mudar tudo de uma vez. Com boa parte de sua zona leste submersa por cerca de um metro, a cidade se tornou área de testes internacional sobre o que esperar e o que fazer quando se tem uma cidade totalmente desabada ao nível do mar, em frente a um grande oceano”.

Os sinais iniciais eram promissores. Nenhuma cidade do seu porte teve níveis tão altos de investimento. Christchurch foi a primeira cidade da Nova Zelândia a desenvolver estatísticas de uso de energia em tempo real e uma das primeiras do mundo a entrar para o programa “Cities Pilot the Future”, um fórum que tem como objetivo melhorar as condições de vida urbana. Ela também consta entre as 100 Cidades Resilientes da Fundação Rockefeller.

Todavia, apesar do “novo começo” que os terremotos impuseram, muita coisa não mudou. A eletricidade ainda é gerada por uma grande hidrelétrica, a transmissão e a distribuição são monopolizadas por algumas poucas empresas privadas, não há infraestrutura de energia solar, a energia gerada pelos consumidores praticamente não é distribuída e, apesar de a Nova Zelândia Aotearoa ter níveis invejáveis de vento, essa fonte praticamente não é utilizada.

O desperdício dessa oportunidade torna-se ainda mais lamentável no contexto mais amplo da matriz energética nacional. Em meados do século XX, a Nova Zelândia Aotearoa produzia toda sua energia elétrica a partir de uma única fonte renovável: usinas hidrelétricas, suplementadas por outra fonte renovável, a energia geotérmica. Contudo, hoje os combustíveis fósseis chegam a um terço da produção de energia – o que, como notaram Benjamin Sovacool e Charmaine Watts, faz do setor elétrico neozelandês “único, no sentido de que vem se tornando menos sustentável com o tempo”.

Na teoria, reverter a matriz para 100% de energia renovável não deveria ser muito difícil. Os benefícios da energia renovável são bem conhecidos e

incontestáveis. Ela produz menos efeitos indiretos negativos, como poluição do ar por quilowatt/hora, tem preços mais previsíveis e estáveis e menor emissão de gases do efeito estufa, além de consumir menos água em sua operação, ser mais eficiente e criar melhores empregos e renda. Em suma, a energia renovável é mais sustentável, mais economicamente viável e oferece melhores prospectos sociais por meio de um envolvimento maior e empoderamento das comunidades.

Na prática, retomar 100% de geração renovável tampouco seria difícil; é totalmente viável utilizando-se as tecnologias atuais. A Nova Zelândia Aotearoa é rica em recursos naturais. De acordo com o governo, somos o primeiro país do mundo em termos de recursos renováveis per capita, temos alguns dos melhores recursos eólicos, muito sol e numerosos lagos e rios. Se aproveitarmos as fontes geotermiais, Sovacool e Watts sugerem que o setor elétrico do país poderia ser totalmente renovável até 2020.

Mas o tema da energia mistura-se sempre com interesses políticos e econômicos, e novas tecnologias ou o esgotamento dos recursos naturais podem importar menos do que fatores sociais, culturais e institucionais, incluindo as políticas estatais. As elites políticas e os interesses corporativos prevalecem reiteradamente sobre as opiniões dos especialistas, grupos indígenas e ativistas – tanto que o maior obstáculo para a energia renovável (em particular, para a geração e distribuição em pequena escala) é que os poderes constituídos preferem usinas grandes e concentradas.

Portanto, a pesquisa sociológica é profundamente necessária para identificarmos quem toma as decisões, sobre quais bases e com que consequências. Paradoxalmente, todavia, as ciências sociais têm ignorado o tema da energia e infraestrutura – a matriz da existência moderna –, embora isso só tenha mudado nos últimos anos, pois os sistemas energéticos começaram a ser considerados como sistemas sociais. Agora, as ciências sociais

mostram sinais de uma nova “virada infraestrutural”, e começam a aparecer pesquisas sobre o que é infraestrutura (meios de sustento e modos de gestão) e o que ela faz (mediação entre natureza e cultura, distribuição de benefícios e riscos sociais e ambientais, ligação do local com o global, e a sustentação da vida moderna como a conhecemos).

Reconstruir cidades é uma tarefa difícil e que raramente é encarada. Na Nova Zelândia Aotearoa, isso tinha acontecido pela última vez em 1931, depois do terremoto de Napier. Ainda há muito por fazer em Christchurch: a reconstrução é lenta, dolorosa, e cheia de problemas. Enquetes têm mostrado consistentemente a insatisfação dos moradores com as prioridades do governo em termos de recuperação.

Mas também é possível ter esperança. “A resposta Māori aos terremotos e ao processo subsequente de recuperação urbana constitui um exemplo de boas práticas”, escreveram Christine Kenney e Suzanne Phibbs. *“Durante a fase de emergência, as iniciativas de gestão de risco Māori foram colaborativas, eficazes e guiadas pelos kaupapa (valores culturais), especificamente o valor ‘aroha nui ki te tangata’ (estender o amor a todas as pessoas)”*. Após o desastre, o povo de Ōtautahi mostrou uma criatividade de primeira em seu “urbanismo temporário”, rápidas iniciativas de construção comunitária – jardins, espaços para eventos e parques – que melhoraram a vida comum na cidade.

Essas inovações comunitárias poderiam oferecer lições para criarmos estruturas urbanas mais duráveis e sustentáveis? Esperamos que nosso projeto de pesquisa de três anos sobre a reconstrução da cidade proporcione aprendizados inovadores, lições práticas e percepções sobre as políticas aplicadas, auxiliando no planejamento da transição para sistemas de energia elétrica robustos, transparentes, justos, culturalmente compatíveis e sustentáveis. ■

Contato com Steve Matthewman
<s.matthewman@auckland.ac.nz>

> Esportes criativos em geografias pós-desastre

Por **Holly Thorpe**, Universidade de Waikato, Nova Zelândia Aotearoa



Holly Thorpe fotografada na frente de um dos novos parques de skate.

Em contextos de guerra e desastres naturais, as crianças são geralmente consideradas o grupo mais vulnerável. Mas, embora as crianças possam estar expostas a níveis particularmente altos de riscos físicos, sociais, psicológicos e políticos, simplesmente tratar as crianças e os jovens como “vítimas” pode ocultar suas formas únicas de agência, criatividade e desenvoltura.

Procurando ir além desse “modelo de deficiência”, iniciei um estudo comparativo de três anos, oferecendo espaço para a expressão local e a experiência vivida de jovens em contextos de guerra, conflito e desastre. No projeto, apoiado pelo Fundo Marsden da *Royal Society*, incluí dois casos centrados na prática de esportes radicais não-competitivos em situações de instabilidade político-econômica e conflito: Skateistan, uma escola de skate para crianças pobres, não ligada ao governo, no Afeganistão; e uma comunidade de *parkour* em Gaza. Em outros dois casos, exploro os significados sociais, psicológicos e cívicos dos esportes radicais para os jovens que vivem em lugares devastados por desastres naturais, atentando para seu papel durante o processo de reconstrução: a cidade de Christchurch após os terremotos de 2010 e 2011 e Nova Orleans após o furacão Katrina, em 2005.

Descobertas preliminares da pesquisa na Christchurch pós-

terremoto já oferecem algumas ideias sobre os diversos, e às vezes sutis, modos como os jovens se orientam no interior das estruturas de poder plurais e entrecruzadas em suas vidas cotidianas. O terremoto de 2011 matou 185 pessoas e feriu muitas mais. O centro da cidade desabou e perto de 200.000 residências foram danificadas ou destruídas. Terremotos que destroem infraestrutura vital (estradas, rede de esgotos e água encanada) também destroem estruturas esportivas (ginásios, canchas, piscinas, clubes, estádios) – instalações cuja reconstrução geralmente não é prioridade, mas cuja falta é duramente sentida nas semanas e meses que seguem o desastre, conforme os moradores tentem restabelecer seus estilos de vida e rotinas. Sem ignorar as experiências pós-terremoto dos atletas e dos moradores envolvidos na organização de esportes organizados, competitivos e recreativos, busquei focar nos praticantes de esportes radicais não-competitivos, menos regulamentados, ligados a um “estilo de vida”, para então explorar como eles adaptaram suas práticas esportivas depois dos terremotos.

Logo depois do terremoto, a maioria das pessoas via as atividades esportivas como algo secundário para a saúde e o bem-estar. Todavia, passadas algumas semanas, muitos reconheceram o prejuízo causado a suas práticas esportivas. Como disse Emma, uma surfista apaixonada, “Assim que terminamos as tarefas domésticas imediatas, começamos a nos dar conta de que algo importante estava faltando

>>

em nossas vidas". Para muitos, os danos causados a seus espaços esportivos favoritos prejudicaram as práticas com que estavam profundamente acostumados. Para os skatistas, a interdição do centro significou a perda de seu espaço predileto. Os escaladores perderam o acesso não apenas ao ginásio de escalada, mas também a centenas de trilhas na área de Port Hills. O mesmo aconteceu com os ciclistas. A destruição do sistema de saneamento obrigou a prefeitura da cidade a despejar esgoto não tratado nos rios, interditando as praias locais por nove meses. Isso causou também prejuízos à rotina de surfistas e outros frequentadores das praias.

Participantes do estudo descreveram fortes reações físicas, emocionais e psicológicas à perda de condições para a prática esportiva, enquanto outras a lamentaram profundamente: *"Me sinto tão triste pelas áreas que perdemos"*, disse o escalador japonês Yukimi. *"Minhas rotas preferidas estavam lá, meus projetos estavam lá. Sinto falta disso"*.

O geógrafo cultural Tim Edensor afirmou que frequentemente os indivíduos tentam minimizar os efeitos de uma grande catástrofe "recuperando os espaços, rotinas e tempos familiares". Isso é verdadeiro para os praticantes de esportes ligados a um estilo de vida em Christchurch, muitos dos quais buscaram se apegar aos ritmos familiares de seus corpos e estilos de vida esportivos para poderem lidar com o estresse diário, reconstruir as identidades individuais e coletivas e reforçar o sentimento de pertencimento a uma nova cidade. Por exemplo, muitos surfistas passaram a ir de carona para praias não poluídas fora da cidade e os escaladores organizaram expedições de escalada. As praias e rotas de escalada se transformaram no que Allison Williams chamou de *"paisagens terapêuticas"*.

Para alguns moradores de Christchurch, a prática esportiva ajudou a escapar (mesmo que só temporariamente) das pressões da vida cotidiana. Aaron, por exemplo, outro surfista, descreveu a importância do surf para a interação com seus amigos: *"Existe um sentimento comunitário tão forte no surf... que dá para voltar [do surf] e se sentir em um lugar calmo, pelo menos por alguns dias"*.

Alguns jovens de Christchurch também passaram a se reapropriar dos espaços destruídos pelo terremoto, mostrando reações criativas. A partir da cultura faça-você-mesmo e antiautoritária do skate, alguns skatistas criaram pistas no interior de prédios condenados. Trent descreveu a apropriação de edifícios danificados como um *"salve para todas as pessoas que nos olham de cima e pensam*

que somos só uns skatistas inúteis". Ao invés de sentar e reclamar do prejuízo, [nós] estamos fazendo alguma coisa, dizendo 'ei, olha o que conseguimos fazer com todas essas coisas quebradas'". Por meio do uso criativo dos espaços destruídos pelo terremoto, os skatistas construíram uma nova imaginação sobre a cidade pós-desastre. Ao fazer isso, também enfraqueceram ideias dominantes sobre as áreas atingidas como espaços mortos e apenas fadados à demolição.

Na sequência do terremoto, práticas esportivas alternativas parecem ter oferecido uma oportunidade para redefinir as geografias físicas e emocionais do desastre e para reconstruir redes e relações. Mas essas iniciativas podem também incluir aspectos comerciais e de exploração. Em 2015 a marca americana Levi Strauss anunciou que doaria 180.000 dólares neozelandeses para a construção de uma pista de skate pública.

A maioria dos jovens e dos pais apoiaram o projeto; ao invés de criticar o investimento da companhia transnacional, eles aceitaram a oferta de braços abertos. Contudo, alguns moradores usaram um canal de comunicação da prefeitura para expressar sua preocupação com os possíveis interesses da Levi Strauss em investir em Christchurch após o terremoto, criticando também a cumplicidade da prefeitura no processo. Comentários como *"Precisamos inventar formas criativas de maximizar o ambiente, e não de anúncios e poluição visual"*, ou *"Levi's é uma multinacional em busca da melhor imagem para a sua marca, eles não ligam para a comunidade"* refletem a preocupação dos habitantes locais com o que Naomi Klein denominou "capitalismo de desastre". No caso, uma corporação multinacional enxergou uma oportunidade de marketing única na devastação causada pelo terremoto combinada com a falta de investimento do poder público na recuperação das instalações esportivas e recreativas.

A pesquisa em andamento pode ser a primeira investigação global sobre as várias possibilidades que as atividades esportivas informais oferecem para melhorar as condições de vida em condições de guerra e desastre, bem como sobre os meandros do poder que facilitam ou dificultam tais iniciativas. Nosso estudo revela uma juventude engenhosa e suas respostas a condições locais, ainda que sob a influência de estruturas de poder globais e redes transnacionais. ■

Contato com Holly Thorpe <thorpe@waikato.ac.nz>

> Silenciando o abuso

Por **Elizabeth Stanley**, Victoria Universidade Victoria de Wellington, Nova Zelândia Aotearoa



Da organização da Nova Zelândia "Crianças importam" - Educando para Prevenir o abuso de crianças.

Na esteira do Brexit e da ascensão de Donald Trump, o site de imigração da Nova Zelândia foi bombardeado por pessoas interessadas em abandonar seus países. A Nova Zelândia certamente tem seu apelo: cineastas adoram capturar nossas paisagens dramáticas e o país é, literalmente, uma terra de leite e mel. Somos considerados um país hospitaleiro, progressista e preocupado com os direitos humanos: as mulheres neozelandesas foram as primeiras do mundo a conquistar direito ao voto, em 1893; depois da Segunda Guerra Mundial, os *kiwis* (neozelandeses) tiveram um papel central no desenvolvimento dos direitos humanos a nível internacional; e somos conhecidos pela abordagem criminológica repositiva.

Todavia, olhando mais de perto, o encanto do país começa a se desfazer. Há muita pobreza, as taxas de abuso sexual são altas e, no contexto do novo colonialismo, os Māori carregam o fardo de altas taxas de encarceramento. A imagem que tanto atrai imigrantes em potencial esconde políticas e práticas marcadas, frequentemente, pela exclusão, marginalização e criminalização.

Em nenhuma outra esfera isso ficou tão claro quanto na resposta do país aos abusos infantis sistemáticos cometidos por adultos, revelados nas instituições estatais de assistência social. Nos últimos anos, milhares de neozelandeses corajosamente resolveram dar seus testemunhos sobre abusos sofridos. Em meu livro, *The Road to Hell* [A Estrada Para o Inferno], 105 vítimas descrevem suas experiências sob os cuidados do Estado e em abrigos assistenciais – o que é apenas uma fração das mais de 100.000 crianças que passaram por essas instituições entre os anos 50 e 90.

Os depoimentos são de arrepiar. Os assistentes sociais

frequentemente separavam irmãos, às vezes a centenas de milhas de distância. Eles prendiam as crianças em celas escuras e isoladas por dias ou até meses de uma só vez, chegando a aplicar-lhes choques elétricos por tentarem fugir ou por não se comportarem. As crianças que denunciavam abusos sexuais de adultos eram silenciadas. As residências assistenciais tinham instalações educacionais limitadas ou, às vezes, inexistentes, e crianças que tinham alguma influência sobre as demais eram instruídas a ajudar a controlá-las, tornando-se agentes da conformidade às instituições. Assistentes sociais diziam aos menores que ninguém os amava e aplicavam punições violentas e degradantes – surrar as crianças até que sangrassem ou fazê-las limpar o chão com uma escova de dentes –, para ficar apenas com as práticas menos pesadas. Ao tratar as crianças como prisioneiras, eles desprezavam as políticas e regras relativamente progressistas estabelecidas para as instituições estatais de assistência. Assim, geriam centros de traumatização mantidos pelo medo.

Muitos anos depois, as vítimas começaram a revelar seus passados, procurando expor como as instituições estatais causaram-lhes males diretos ou, então, não as protegeram de modo adequado. Partindo do legado vitalício das violações – depressão, estresse pós-traumático, ansiedade pesada, abuso de substâncias, violência familiar, condenações penais – algumas vítimas resolveram se expor na esperança de que suas experiências se tornassem amplamente conhecidas, compreendidas e merecessem respostas adequadas.

Ao invés disso, o governo da Nova Zelândia colocou panos quentes. Enquanto muitos países – Austrália, Canadá, Inglaterra, Irlanda, entre outros – encararam o desafio de oferecer reconhecimento público e auxílio às vítimas de

abuso, a resposta neozelandesa dá uma lição dolorosa de como os Estados podem manipular a verdade para proteger sua legitimidade, seus interesses e finanças, independente das consequências.

A maioria das queixas foi dirigida para a “Unidade de Queixas Históricas” do Ministério do Desenvolvimento Social. Infelizmente, é precisamente contra esse ministério que as queixas são feitas. Muitas vítimas nunca irão confiar na agência responsável pelos abusos, e não acham que a Unidade tenha qualquer independência em relação ao Ministério. Uma das vítimas, Peter, disse que *“É como dizer que vou fazer um exame proctológico sem sentido... Eles não vão me dar uma resposta satisfatória”*.

De fato, muitos se depararam com uma cultura de desconfiança e desprezo no interior do Ministério, o qual por muitos anos deixou de investigar queixas consistentes de abuso. Muitas vezes, o argumento do Ministério foi que qualquer violação real teria sido oficialmente documentada. Não havendo nada em suas fichas que pudesse servir como indício de maus-tratos, suas queixas seriam inválidas.

O Ministério também culpou as vítimas pelos problemas que enfrentam, afirmando que eles não estão relacionados a abusos sofridos no período de tutela nas instituições, e sim a outras experiências de vida. A reclamação de Sue, por exemplo, foi considerada inválida pelo Ministério sob o argumento de que seus problemas decorriam do abuso de álcool, iniciado precocemente. O órgão recusou-se a reconhecer qualquer ligação entre o consumo de álcool e suas experiências de violência, abuso sexual, confinamento solitário e falta de instrução formal quando ela estava sob a responsabilidade do Estado.

Nos últimos anos, o Ministério adotou um processo-“atalho” que já permitiu resolver mais de 700 queixas. As vítimas têm ficado agradecidas por receber uma breve carta de desculpas, em que se reconhecem alguns aspectos dos abusos sofridos – em geral, é a primeira vez que recebem algum tipo de reconhecimento oficial. Alguns recebem compensações, ainda que o valor médio, cerca de 20.000 dólares neozelandeses, seja baixo se comparado a casos semelhantes em outras jurisdições. Contudo, para receber uma indenização, as vítimas devem abrir mão de seu direito de fazer novas reclamações – e, em uma nova virada, aqueles que já receberam compensação têm sido ameaçados pelo Ministério de ter seus benefícios sociais cortados, sob o argumento de que já possuem muitas facilidades.

No entanto, há ainda dois outros caminhos na busca por reparações. Primeiro, as vítimas podem iniciar processos legais, ainda que a tendência seja o Estado usar artimanhas legais para minimizar os casos. Sob o Estatuto de Limitações, as vítimas descobrem que seus casos são considerados prescritos, independente da gravidade das violações. Além disso, as agências estatais podem negar auxílio legal, sobretudo quando acreditam que os casos não terão sucesso.

Segundo, entre 2008 e 2015 as vítimas podiam relatar suas experiências a um Serviço Confidencial de Escuta e Assistência, e logo passavam a receber algum auxílio, embora limitado: dez reuniões de aconselhamento, ajuda para encontrar registros oficiais ou parentes, e assim por diante. Entretanto, como o próprio nome do serviço deixava claro, todo o processo permanecia confidencial, evitando a exposição pública dos casos de abuso. Como disse Sue, *“Não temos aqui o sistema de Westminster, temos o sistema de Axminster”*¹, que serviu para manter o silêncio público em torno dos casos mais sérios de violência estatal.

Ao escondermos as histórias de desprezo, marginalização e violência cometidas pelo estado, não estamos ajudando em nada as vítimas. E as violações permanecem. O rol atual de práticas estatais em relação às crianças na Nova Zelândia é vergonhoso, indo de celas em escolas a longos períodos de solitária, passando por punições excessivas em abrigos assistenciais e transferências constantes para diferentes instituições. Ao silenciar o passado, perpetuamos a tolerância em relação a práticas culturais e institucionais danosas.

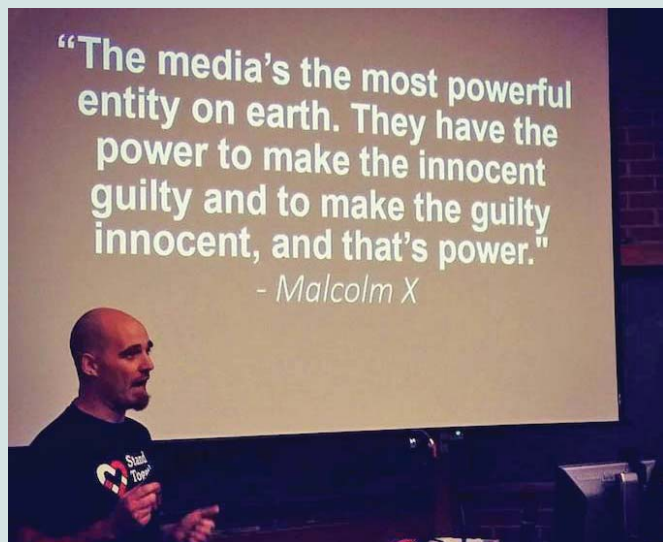
Outros países oferecem exemplos de abordagens mais apropriadas: relatar abertamente as histórias duras, reconhecer o papel do estado, mapear as relações entre abusos e consequências de longo prazo, oferecer apoio, criar iniciativas independentes de reparação e apresentar pedidos públicos de desculpas. Quando o Estado culpado por atos de violência demonstra a intenção de assumir a responsabilidade, cria as condições para um processo de reparação moral que pode ajudar muitas vítimas que são obrigadas a conviver com a vergonha, o medo, o desespero e a perda. Alguma forma de reconhecimento oficial, talvez por meio de uma “Comissão de Reconhecimento, Reparação e Prevenção”, poderia auxiliar as vítimas a acertar as contas com o passado. Isso deveria ser uma prioridade nacional. ■

¹ Axminster” é um trocadilho com a palavra “Ax”, que significa “livrar-se de algo”.

Contato com Elizabeth Stanley <elizabeth.stanley@vuw.ac.nz>

> Ativismo e academia

Por **Dylan Taylor**, Universidade Victoria de Wellington, Nova Zelândia Aotearoa



Uma citação de Malcolm X inspira o think-tank de esquerda Pesquisa Econômica e Social Aotearoa.

A política parlamentar na Nova Zelândia Aotearoa está em estado de torpor. O Quinto Governo Nacional, que deve conquistar mais um mandato, continuou o projeto neoliberal lançado pelo Quarto Governo Trabalhista em 1984, baseado previsivelmente em cortes de impostos, privatizações e reformas trabalhistas em favor dos empregadores. Os resultados foram previsíveis: maiores índices de desigualdade, mais moradores de rua e empregos cada vez mais precários.

Os partidos Trabalhista e Verde, que acordaram alguns pontos antes das eleições de 2017, comprometeram-se publicamente com a “responsabilidade fiscal” se vencerem as eleições gerais – uma senha para a continuidade em política econômica, ainda que com pequenas concessões aos mais pobres. Assim como tantas outras democracias desenvolvidas, a Nova Zelândia Aotearoa vem presenciando um declínio do interesse no voto e crescente cinismo em relação aos políticos, uma tendência que, ao que parece, a coalizão Trabalhista-Verde dificilmente irá reverter.

Fora da esfera parlamentar, contudo, pode-se encontrar projetos inovadores que buscam desafiar o neoliberalismo. Junto com colegas de outras áreas, os sociólogos têm assumido um papel importante no revigoramento da cultura crítica e da esperança, além de participarem na

criação de instituições contra-hegemônicas.

Essas inovações promissoras incluem a fundação de um *think-tank* de esquerda radical, o Pesquisa Econômica e Social Aotearoa (*Economic and Social Research Aotearoa* – ESRA); o lançamento de *Counterfutures: left thought & practice Aotearoa*, uma publicação que reúne vozes de ativistas e acadêmicos; e a organização da conferência anual Movimentos Sociais, Resistência e Mudança Social (*Social Movements, Resistance and Social Change* – SMRSC). As três iniciativas comprometem-se fortemente com a crítica ao status quo neoliberal.

O ESRA foi lançado oficialmente em 2016, inspirado pela tese de doutorado de Sue Bradford que explorava a viabilidade da criação de um *think-tank* de esquerda na Nova Zelândia Aotearoa. Uma ativista de longa data em favor dos grupos marginalizados e ex-parlamentar pelo partido Verde, Bradford reuniu acadêmicos e ativistas para semear “uma cultura de resistência, solidariedade e esperança, informada e inspirada pelos problemas e esperanças dos explorados, oprimidos e marginalizados” (<https://esra.nz/about/>). As primeiras iniciativas incluem investigações sobre a crise habitacional do país, a elaboração de novas propostas de planejamento econômico e a discussão de novas formas de organização política.

O *kaupapa* da ESRA (*kaupapa* é a palavra Māori para “programa” ou “objetivo”) compromete-se firmemente com o reconhecimento da soberania Māori na Nova Zelândia Aotearoa (algo que foi prometido no documento fundador do país, o Tratado de Waitangi, mas que desde então o governo não cumpriu). A iniciativa busca estratégias “práticas para ir além do capitalismo e do colonialismo”, tendo em mente uma sensibilidade que está se tornando cada vez mais aceita nas ciências sociais – isto é, que formas válidas e inspiradoras de conhecimento “vêm de baixo”, e que tais conhecimentos são essenciais para conceber formas alternativas de organização social.

Ideias semelhantes dão vitalidade à nova publicação, *Counterfutures*. A revista pretende “intervir e iniciar debates sobre como compreender, imaginar e influenciar a sociedade, a política, a cultura e o meio ambiente” (<https://counterfutures.nz>). Ela procura ser uma plataforma para debates entre pesquisadores acadêmicos e os conhecimentos produzidos em comunidades, sindicatos e organizações de ativistas. Além de artigos acadêmicos submetidos à revisão por pares, a revista publica também “intervenção” políticas e em questões sociais, além de entrevistas com ativistas e pesquisadores. A *Counterfutures* está sendo distribuída amplamente em livrarias independentes e nas bibliotecas das universidades, e seu conteúdo é disponibilizado online seis meses depois da publicação – um arranjo que garante que a revista não será engessada por assinantes. O público diversificado atraído pela *Counterfutures* mostra que existe um apetite por pensamento alternativo informado por pesquisas consistentes, bem como pela exploração de novas possibilidades de organização política.

Os primeiros três números de *Counterfutures* incluem autores com experiências diversas: em grupos LGBTQI+, sociologia, ativismo Māori, psicologia, abolicionismo penal, filosofia, grupos de assistência à pobreza, história, sindicatos, criminologia, organizações ambientais e estudos de comunicação. A lista supera a distinção ativismo-academia, além de ser bastante transdisciplinar.

O mesmo ethos fica claro na conferência anual SMRSC. Organizada inicialmente em 2014 pelo recém-chegado pesquisador turco Oznan Nadir Alakavuklar, o evento cresceu rapidamente. Sua terceira edição atraiu mais de 400 participantes e foi considerada um marco para a esquerda extraparlamentar de Aotearoa – foi a primeira vez desde 1970 que tantas pessoas de tantas origens diferentes se reuniram. As contribuições à conferência incluíram falas sobre soberania Māori, abordagens econômicas alternativas, ativismo Pasifika, o futuro do trabalho, justiça climática, saúde e deficiência, bem como sindicalismo contemporâneo. É significativo lembrar que os participantes tinham experiências tanto acadêmicas quanto de militância (<http://counterfutures.nz/2/editorial.pdf>).

Os organizadores e participantes buscaram enfrentar as tensões que emergem da diversidade de modo construtivo, ao invés de ignorá-las ou colocá-las de lado. Em 2015, a SMRSC revelou tensões entre abordagens ativistas e acadêmicas sobre a produção e disseminação de conhecimento – percepção que inspirou o tema da conferência de 2016, “A divisão acadêmicos-ativistas”. Já em 2016, evidenciaram-se tensões entre Māori e Pākehā (neozelandeses Aotearoa de ascendência europeia) na esquerda, inspirando o tema da conferência de 2017, *Ka whawhai tonu mātou, Para além do capitalismo – para além da colonização* (<https://esra.nz/socialmovements2017/>).

Há motivos para um otimismo cauteloso, apesar do contexto de crescentes desigualdades e desinteresse pela política parlamentar. Primeiro, a diversidade de atores que têm se reunido sugere uma nova convergência da esquerda não-parlamentar. Como muitos outros países desenvolvidos, a Nova Zelândia Aotearoa testemunhou uma fragmentação da esquerda – marcada, também, por uma divisão entre a chamada esquerda materialista e a política de identidade. Apesar das permanentes tensões, essas novas iniciativas apontam que não há separação entre esses domínios, e que a mudança social efetiva depende do reconhecimento de que o material e o cultural estão dialeticamente interligados.

Em segundo lugar, iniciativas como essa deixam claro o forte compromisso de considerar os conhecimentos produzidos pelos movimentos sociais e pelos ativistas como legítimos e avançados. Para os acadêmicos, tal compromisso inclui garantir que seu trabalho seja útil para os próprios grupos com os quais eles colaboram e pesquisam. A esse respeito, são importantes a influência da pesquisadora indígena Linda Tuhiwai Smith, da sociologia pública e, também do crescente campo das pesquisas militantes. Um novo e produtivo campo de novos conhecimentos emerge da combinação de conhecimentos ligados às lutas sociais concretas com aquele produzido na academia.

Por fim, a colaboração de atores diversos e a gama de conhecimentos que eles produzem oferecem as bases para um projeto contra-hegemônico: um projeto que ousa perguntar como podemos organizar a sociedade um modo diferente. Isso exige revigorar a ideia de igualdade, buscar novas formas de organização política e econômica, descolonizar e criar práticas ambientais mais sustentáveis. O projeto está apenas no começo e é evidentemente frágil, mas a sequência da crise financeira mundial de 2008 mostra que, quando não há alternativas na mesa, seguiremos submetidos aos “negócios-como-de-costume”. Essas iniciativas na Nova Zelândia Aotearoa, juntando ativistas e acadêmicos para colaborar de maneiras novas e produtivas, garantem promessas de futuros alternativos. ■

Contato com Dylan Taylor <Dylan.Taylor@vuw.ac.nz>

> Rumo a uma Criminologia indígena

Por **Robert Webb**, Universidade de Auckland, Nova Zelândia Aotearoa



O passado orgulhoso dos Maori é simbolizado nesta antiga gravura de um antepassado olhando a condição presente sombria de seu povo. Montagem feita por Arbu de uma imagem por Freepik.

Na Nova Zelândia Aotearoa a marginalização social dos Māori é evidente em taxas desproporcionais de criminalização e vitimização – uma situação que é paralela à de outros povos indígenas que sofreram uma desapropriação generalizada nos países anglo-colonizadores. Uma população minoritária de apenas 15% da população em geral, os Māori são mais propensos do que os outros cidadãos do país a enfrentar prisões, condenações e punições. Apesar da reputação internacional da Nova Zelândia para práticas inovadoras de justiça restaurativa que se baseiam nas tradições Māori, a taxa de prisão permanece relativamente alta – uma situação particularmente prejudicial para os Māori, que compõem 50% dos homens do país e 60% das mulheres prisioneiras. Apesar do grande reconhecimento de que esse sistema não conseguiu reduzir as taxas de criminalidade e faz com que crianças e famílias de prisioneiros sofram profundos problemas de exclusão social, notícias recentes indicam que as listas de prisões

provavelmente continuarão a crescer.

As intervenções de justiça criminal voltadas aos Māori foram racionalizadas de diferentes maneiras desde o período colonial até o presente. Em vários momentos da história do país, representantes e funcionários das agências estatais da Nova Zelândia tentaram explicar o crime entre os Māori como um problema social supostamente auto-evidente, manifestando-se nas tradições e estruturas das comunidades maoritas. Mais recentemente, as ideias em torno da exposição a fatores de risco e as necessidades criminogênicas passaram a dominar as análises, muitas vezes concebendo os Māori como uma população que precisa de uma intervenção estatal ativa. A maioria das respostas políticas baseiam-se em análises teóricas e empíricas decorrentes dos contextos britânico ou norteamericano, mas informam o controle social em curso dos maoritas - ignorando em grande parte as diferenças sociais e culturais entre aqueles que são teorizados, isto é,

os Māori, e o social contexto histórico e político em que as teorias surgiram.

Durante décadas os Māori enfrentaram o racismo sistêmico das políticas estaduais e a institucionalização na Nova Zelândia. As críticas dessa abordagem aparecem no influente relatório de Moana Jackson (1988), *The Māori e Criminal Justice System – He Whaippānga Hou*, que analisa a justiça criminal do ponto de vista dos Māori. Essa análise descreve os processos sociais e históricos que influenciam a vida maori, incluindo a colonização e o sistema de justiça imposto. O relatório continua a informar os entendimentos críticos do sistema de justiça criminal da Nova Zelândia e as formas como os valores culturais informam práticas e abordagens.

É claro, houve tentativas estaduais de reformar as práticas de justiça para refletir valores culturalmente diversos e abordar as preocupações dos Māori com a justiça criminal. As mudanças no sistema de justiça juvenil desde 1989, que incluem a conferência de grupos familiares e a introdução da Lei das Crianças, Jovens e Famílias de 1989 (CYPFA), ilustram isso, com o objetivo de desviar os jovens infratores do sistema judicial formal, usando conferências familiares em grupo, que trazem infratores e familiares junto com vítimas e suas famílias. Esse formato de justiça é baseado nas filosofias maoritas que veem responsabilidades coletivas nas relações sociais. No entanto, apesar da disponibilidade de alternativas de conferência, os maoríes constituem uma proporção crescente de crianças e jovens de 10 a 16 anos que são processados em tribunais de juventude – um número que já atingiu 62% dos processos judiciais do Tribunal da Juventude.

Alguns pesquisadores apontaram que os modelos de conferência não alteram fundamentalmente as filosofias ou estruturas subjacentes da justiça estatal. Em vez disso, a autoridade estatal continua a ser mantida através de outras formas de controle social. Juan Tauri observa que a conferência de grupo familiar é uma prática em grande parte não-maori que usa apenas algumas práticas culturais maoritas. Ele argumenta que o próprio CYPFA foi influenciado pelas críticas de Jackson ao etnocentrismo na justiça e que o processo incorpora alguns componentes maoris, em partes devido ao envio de organizações maades. No entanto, ele observa que a conferência de grupo familiar é praticamente não-tradicional na prática, embora alguns aspectos do costume Māori sejam incluídos em uma prática geralmente administrada por funcionários.

O desenvolvimento de análises e críticas significativas tem sido uma preocupação dos Māori na academia e nas

ciências sociais, exigindo que examinemos as formas em que pesquisamos situações sociais. Muitos de nós apoiam o desenvolvimento das comunidades indígenas, e um trabalho como as metodologias de descolonização de Linda Smith tem influenciado os maoristas e outros estudiosos para explorar teorias e métodos que reconheçam as experiências e os conhecimentos indígenas. Da mesma forma, muitos de nós esperamos desenvolver uma criminologia indígena crítica que reconheça as experiências e conceituações maoritas de infração e danos sociais.

Levar as respostas do Estado para além da obsessão por leis rígidas, que expandiu as respostas punitivas como o encarceramento, requer também ir além dos instrumentos teóricos falhos por não considerar ou responder à realidade social dos Māori. Do mesmo modo, exigirá que os teóricos sociais se envolvam e formem parcerias de pesquisa emancipatórias com os povos indígenas. Um esforço para construir uma criminologia indígena terá que dar atenção a vários elementos inter-relacionados de ofensa, as experiências coletivas de danos sociais. Deveria examinar o papel do Estado e do sistema de justiça criminal na criação de marginalização social e sobre-representação nas populações carcerárias. Uma criminologia indígena que procura incluir as experiências dos mais afetados pelo sistema de justiça deve ir além de uma obsessão pelo controle administrativo do crime e além das questões consideradas importantes pelo Estado.

Novas abordagens poderiam prestar mais atenção às formas em que a colonialidade, o racismo institucional e a violência sistêmica operam para controlar e marginalizar os povos indígenas – como os estudiosos Māori como Tracey McIntosh e Khylee Quince demonstraram em suas pesquisas, chamando a atenção para as experiências das mulheres Māori na prisão, e aos problemas associados ao encarceramento e à vitimização intergeracional.

Uma criminologia indígena deve se envolver com experiências Māori e incluir análises de transgressões socialmente prejudiciais e condições sociais estruturais relacionadas. Potencialmente, isso também pode incluir pesquisas sobre a redefinição ou a negação dos direitos do Tratado de Waitangi, ou em ações do Estado ou de outros grupos poderosos que prejudicam os Māori e outras comunidades. Dirigido à descolonização, o objetivo é capacitar os controles maori e comunitário sobre a justiça, guiado pelos quadros culturais dos Māori. ■

Contato com Robert Webb <robert.webb@auckland.ac.nz>

> Os estudos do lazer eram a sua paixão



Ishwar Modi.

Era início da manhã na terça-feira, 23 de maio, em Ahmedabad (Índia), quando recebi uma ligação angustiante do professor B.K. Nagla sobre a triste passagem do professor Ishwar Modi aos 76 anos. Existem certas personalidades que nunca morrem mesmo após a morte porque suas idéias, memórias e ações carinhosas vivem para sempre. O professor Ishwar Modi era uma dessas personalidades. Para a sociologia global em geral e a sociologia indiana, em particular, o ano de 2017 será lembrado por duas saídas tristes: primeiro perdemos o Professor D.N. Dhanagre e agora o Professor Ishwar Modi.

O professor Modi começou a sua carreira acadêmica como membro da faculdade no Departamento de Sociologia da Universidade de Rajasthan, Jaipur, Índia, em 1974. Eu entrei lá dois anos depois. Desde o início, Ishwar Prasad Modi foi uma das pessoas mais queridas pelos professores e alunos das ciências sociais. Ele completou seu doutorado no campo de Estudos de Lazer sob a orientação do destacado Professor Yogendra Singh. Sua carreira acadêmica abraçou múltiplas realizações. Ele serviu a sociologia como Presidente da Sociedade Sociológica Indiana e Presidente da Associação Sociológica de Rajasthan. Seu envolvimento com a sociologia global começou em 1986, quando o Congresso Mundial da ISA foi realizado em Delhi. Ele motivou um grande número de estudantes de sociologia para participar do Congresso Mundial, bem como em outras conferências internacionais, e encorajou jovens membros da faculdade a se juntarem à Associação Sociológica Internacional.

>>

O professor Modi esteve profundamente empenhado em distribuir o conhecimento global da sociologia para estudantes de língua hindi. Ele foi fundamental na publicação do *Diálogo Global*, a revista multilíngue da ISA, em hindi. Para ele, produzir o *Diálogo Global* em hindi foi uma missão, mas também um desafio acadêmico. Tive a oportunidade de trabalhar com o Professor Modi nesse empreendimento e de observar a sua dedicação. Ele sempre atuou com os membros de sua equipe com um senso de igualdade e democracia. Como não sou uma pessoa disciplinada, por várias vezes a publicação hindi do *Diálogo Global* foi ligeiramente adiada. Mas ele sempre apreciou as minhas traduções. Ele também agradeceu o compromisso dos outros membros do conselho editorial, Dr. Rashmi Jain, Dr. Jyoti Sidana, Dr. Prabha Sharma, Dr. Nidhi Bansal e Sr. Uday Singh. Da mesma forma, ele também fez esforços decididos para apresentar uma revista de pesquisa em hindi sob os auspícios da Sociedade Sociológica Indiana - um jornal de qualidade agora publicado regularmente. Todos esses esforços

do professor Modi trouxeram grande benefício acadêmico para estudantes de sociologia que trabalham na língua hindi. Espero que apesar da triste morte do Professor Modi essa iniciativa continue, e a edição Hindi do *Diálogo Global* continuará a ser publicada com o mesmo comprometimento acadêmico.

Com seus muitos interesses, o Professor Modi fez contribuições em muitas áreas, incluindo o bem-estar da criança, o ativismo juvenil, a justiça de gênero, as questões da classe trabalhadora e os povos marginais. Durante suas extensas viagens dentro e fora da Índia, ele falou com uma voz sociológica sobre questões de saúde, pobreza, ecologia, demografia, movimentos sociais, comportamento de votação e direitos humanos. Além do lazer, do turismo e dos meios de comunicação de massa, que eram suas áreas de especialização, o Professor Modi fez contribuições significativas para a teoria social. Dentro da ISA, seus compromissos profundos serão sempre lembrados pelos membros do RC13 (Comitê de Pesquisa em Lazer). Ele fez viagens acadêmicas para quase todos

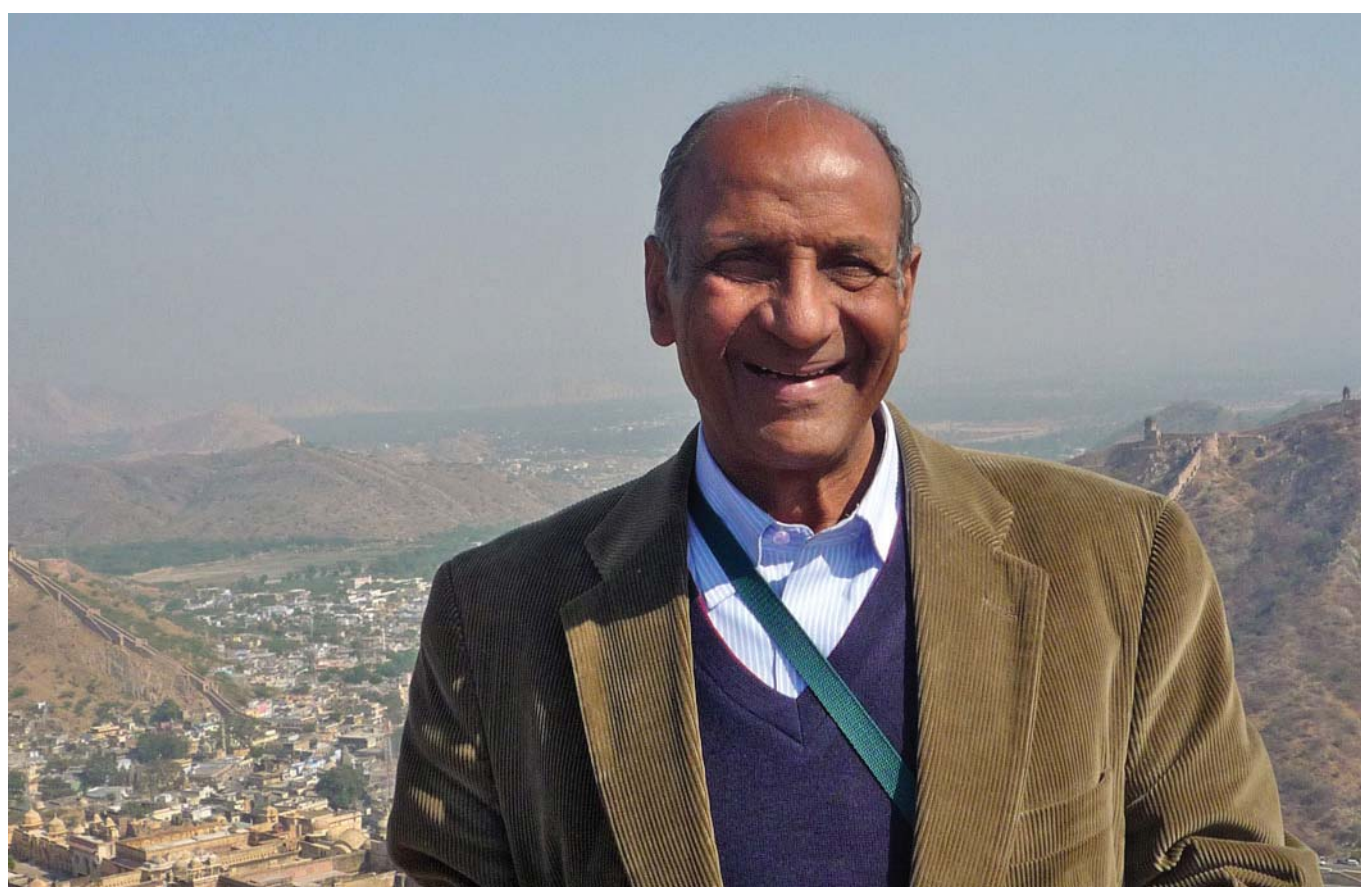
os países do mundo. Ele era um prolífico escritor de livros e artigos de pesquisa. Seu envolvimento no movimento dos professores e em outras questões sociais o estabeleceu como intelectual público e sociólogo crítico.

O professor Modi também será lembrado por seu carinho exemplar. Ele e sua família tratavam cada visitante com profundo amor, cuidado e respeito. Eles são pessoas raras de fato. Tratar todos como um membro da família era, para ele, um princípio determinante do lazer.

O falecimento do Professor Modi é uma grande perda pessoal para a sua família e amigos. O mundo da sociologia perderá sua ausência física, mas a sua inspiração sempre estará conosco. Adeus Professor Modi, a comunidade de sociologia vai sentir muito a sua falta, mas você sempre permanecerá aqui em nossa memória.

Rajiv Gupta, Presidente da Associação Indiana de Ciências Sociais

> Uma fonte de inspiração e incentivo



Ishwar Modi e sua cidade natal, Jaipur, ao fundo.

A morte do professor Ishwar Modi em maio de 2017 ocorreu após uma longa luta contra o câncer, na qual continuou a oferecer apoio e orientação a uma nova geração de sociólogos indianos e a uma nova geração de sociólogos do lazer. A sua morte é uma triste perda para a sociologia indiana, para a sociologia do lazer e para a academia em geral.

Ishwar havia chegado ao Comitê de

Pesquisa 13 (RC13-Sociologia do Lazer) da ISA quando já era um sociólogo de lazer e turismo de renome mundial. Ele foi encorajado a assumir o cargo de presidente para liderar o RC13 por algumas circunstâncias. Ele assumiu a tarefa com vigor e bom senso, e buscou atrair muitos novos membros para o RC13 e, de forma geral, para a ISA. Como ele permaneceu um certo número de vezes como presidente, ele continuou realizando projetos de pesquisa impressionantes e escreveu muitas monografias e coleções >>

editadas – de fato, uma coleção final (Lazer, saúde e bem-estar) foi publicada recentemente em abril deste ano com dois colegas RC13 como co-autores. Como Presidente do RC13, ele o representou no Comitê Executivo da ISA e trabalhou bem com seus colegas de lá.

Além do RC13 e da ISA, Ishwar esteve intimamente envolvido em duas iniciativas paralelas. Em várias ocasiões foi eleito para o Conselho de Administração da Associação Mundial de Lazer e Recreação – o que agora é chamado de *World Leisure*, o principal organismo profissional internacional para lazer. Ele foi tão bem respeitado por essa organização que recebeu a participação honorária vitalícia. O segundo desenvolvimento foi seu envolvimento ativo na Sociedade Sociológica Indiana, que levou a ele a receber um Prêmio de Vida em 2015

pela Sociedade por seus esforços na promoção da sociologia indiana e sua contribuição para a pesquisa e o ensino sociológico de nível mundial.

Quando a notícia de seu falecimento foi enviada aos membros da RC13, a tristeza foi mitigada pelas memórias e palavras de agradecimento aos membros compartilhados entre si. Todo mundo tem uma história para contar sobre seu primeiro contato com Ishwar, e como essa reunião ou contato tornou-se a base de uma longa amizade. Dos mais antigos aos mais novos membros da RC13, todos sentimos o mesmo. Ishwar era nosso ex-presidente, nosso mentor e professor, e alguém que se dedicara a nos fazer sentir bem-vindos. Foi Ishwar quem estabeleceu o tom inclusivo de nossa tomada de decisão e o tom inclusivo de nossas sessões nos eventos da ISA e nossas conferências

intermediárias. Pessoalmente, valorizei a presença de Ishwar no RC13 e na ISA, e sempre serei sempre grato por seu encorajamento e por sua presença. Conheci-o pela primeira vez na Hungria em uma conferência intermediária do RC13, embora tivéssemos trocado muitos e-mails de antemão e, como todos os envolvidos no RC13 e na ISA, estou muito triste por não poder vê-lo novamente. Mas, ao mesmo tempo, penso que estamos todos muito felizes por ter conhecido Ishwar Modi e ter sido parte de seu mundo. ■

Karl Spracklen, Universidade Metropolitana de Leeds, Reino Unido, e Vice-Presidente e Secretário Executivo do Comitê de Pesquisa da ISA sobre Sociologia do Lazer (RC13)

> Apresentando a equipe editorial turca

Por **Gül Çorbacioğlu** e **Irmak Evren**, Universidade Técnica do Oriente Médio, Turquia

Nos tornamos a equipe editorial turca do *Diálogo Global* (DG) em janeiro de 2015. Nossa equipe é composta por um núcleo de dois, Gül Çorbacioğlu e Irmak Evren, dois alunos de doutorado na Universidade Técnica do Oriente Médio em Ankara, Turquia. Nosso amigo, Ahmet Seyhan Totan, também vem ajudando com o design de nossas edições.

Acompanhar os últimos debates sociológicos em todo o mundo e ser capaz de traduzi-los para o turco nos traz alegria, mas também é um esforço desafiador e um processo bastante longo. É mais do que um projeto de tradução - temos que transformar o *Global Dialogue* (em inglês) em *Küresel Diyalog* (em turco), atendendo à coerência e integridade de toda a revista. Todo o processo começa a partir do momento em que recebemos os textos em inglês para uma nova questão do DG. Em primeiro lugar, dividimos os artigos - quando há um conjunto de artigos sobre uma questão específica, ou que abrange o alcance da sociologia de um país específico, consideramos a interação dos artigos - de acordo com nossos campos de interesse e para maximizar o nosso próprio enriquecimento individual. Então, trabalhamos duro para cumprir o prazo. Como uma equipe de dois, exige tenacidade e responsabilidade!

Quando cada um de nós conclui a tradução dos artigos

designados, os trocamos para que possamos ler todos os artigos, bem como traduzir e editá-los. Acreditamos que uma segunda revisão, como leitor e não como tradutor, permite visualizar a revista do ponto de vista do público - a comunidade de sociólogos e aqueles que estão interessados na sociologia. Quando encontramos termos que parecem impossíveis de traduzir em turco, temendo que eles percam o seu significado se formos uma tradução literal, estudamos a literatura relevante em turco e consultamos nossos professores, para ver se o termo talvez tenha sido inventado recentemente e se não, como podemos traduzi-lo. Quando apropriado, fazemos uso da paisagem muito colorida de provérbios e modismos turcos. Depois de traduzir tudo, incluindo as legendas para as fotos, enviamos todos os textos para nosso amigo Seyhan, que é especialista em técnicas de design. Quando o *layout* está completo, fazemos uma checagem final. Finalmente, ficamos orgulhosos de ver uma nova edição do *Küresel Diyalog*!

Assim que é postado na página da ISA, espalhamos a notícia para as nossas comunidades, para os nossos colegas das universidades e para grupos de interesses especiais que desejam ligar o familiar e o estranho na busca pela sociologia global. Traduzir o *Diálogo Global* para o turco nos introduziu a novos problemas e sociedades e, a cada nova edição da revista, compartilhamos nossa entusiasmo com a comunidade sociológica turca. ■



Irmak Evren obteve seu Bacharelado em Economia e Gestão na Universidade de Bilgi de Istambul e na Faculdade de Economia e Ciência Política de Londres. Ela continuou seus estudos de pós-graduação em Economia na Université Paris 1 - Panthéon Sorbonne, França e Estudos de Comunicação e Comunicação na Universidade Galatasaray, em Istambul. Atualmente, está cursando o doutorado em Sociologia na Universidade Técnica do Oriente Médio, em Ancara, sobre o tema da islamofobia e organizações religiosas transnacionais de migrantes turco-muçulmanos na França. Ela também é instrutora no departamento de cinema e televisão da Universidade de Okan, em Istambul.



Gül Çorbacioğlu obteve seu diploma de bacharel em Relações Internacionais da Universidade de Bilkent, Ankara e seu mestrado em Sociologia pela Universidade Técnica do Oriente Médio, Ankara. Ela está cursando o doutorado em Sociologia na mesma universidade. Sua dissertação é sobre a transformação da autonomia profissional e da autoridade da profissão médica turca. Ela realizou parte desta pesquisa como Pesquisadora Visitante no Departamento de Sociologia da Universidade de York, no Reino Unido. Atualmente, ela também é instrutora no Departamento de Ciência Política e Administração Pública da Universidade de Bilkent. Ela está interessada em sociologia médica, sociologia das profissões, sociologia do trabalho e organização e estudos de gênero.

Contato com:
Gül Çorbacioğlu <gulcorbacioglu@gmail.com>
Irmak Evren <irmakevrenn@gmail.com>